

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Relatório apresentado como parte do programa
de pós-doutorado, desenvolvido sob supervisão
da Profa. Dra. Marcia de Paula Leite

Giuliana Franco Leal

Janeiro/2011

1. Introdução: a proposta das atividades de pós-doutorado

Este relatório diz respeito a atividades que se iniciaram em fevereiro de 2010 e que se desenvolvem até janeiro de 2011, sob a supervisão da Professora Doutora Marcia de Paula Leite.

A pesquisa desenvolvida, intitulada “Estratégias de trabalhadores desempregados face ao desemprego: possibilidades e dificuldades da luta coletiva”, levantou questões sobre as atitudes e as estratégias de trabalhadores face ao desemprego, procurando identificar, de um lado, motivações que alguns deles encontram para se mobilizar coletivamente contra o desemprego e, de outro, fatores que representam obstáculos a essa mobilização. Em outras palavras, a pergunta central que constituiu o eixo da pesquisa foi: o que leva os trabalhadores desempregados a se organizarem ou não em associações pela defesa de seus interesses?

Além da pesquisa, outras atividades foram desenvolvidas ao longo do ano, como descrito abaixo.

2. Atividades desenvolvidas

A pesquisa, de caráter qualitativo, desenvolveu-se a partir de uma série de entrevistas com dois grupos de trabalhadores desempregados: um formado por sujeitos mobilizados em torno da questão do desemprego e outro composto por trabalhadores não-organizados.

As entrevistas se iniciaram com trabalhadores desempregados não organizados, que procuravam oportunidades de trabalho no Centro de Apoio ao Trabalhador (CPAT) na cidade de Campinas (SP), em dezembro de 2009 – pois, embora o pós-doutorado tenha começado oficialmente em fevereiro de 2010, em 2009 eu já participava das reuniões do grupo de pesquisa e comecei os primeiros passos do trabalho, sob supervisão da Professora Marcia Leite. Foram 32 entrevistas semi-estruturadas, com 14 homens e 18 mulheres, entre 18 a 53 anos, com graus de escolaridade diferenciada, desde três anos de estudo até o ensino superior incompleto. Houve uma preocupação em entrevistar pessoas de ambos os sexos e de todas as faixas etárias. As demais características como nível de escolaridade, qualificação profissional, raça, situação familiar e outras, foram observadas mas não foram critérios de amostragem. Contudo, o ambiente

em que se deram as entrevistas condicionou um determinado perfil de trabalhadores: com escolaridade predominantemente entre o ensino fundamental e médio, em geral já com alguma experiência de trabalho anterior em empregos de baixa qualificação.

Os temas abordados com os trabalhadores desempregados diziam respeito ao seu perfil, suas experiências de trabalho e de desemprego, sua visão sobre as causas do desemprego e a maneira de resolvê-lo e, finalmente, seu conhecimento de movimentos de luta coletiva contra o desemprego e sua opinião sobre os mesmos.

Num segundo momento, a abordagem dos trabalhadores organizados em torno da luta contra o desemprego se deu em torno do Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD), organização surgida no Rio Grande do Sul em 2000 e, aos poucos, expandida para outros estados.

Entrevistas semi-estruturadas foram feitas com militantes do MTD de três cidades, entre novembro de 2009 e novembro de 2010: um de Campinas, um do município do Rio Janeiro e dez da Região Metropolitana de Porto Alegre. A pesquisa se concentrou nesta última porque é onde o movimento se encontra desenvolvido há mais tempo, oferecendo melhor oportunidade de análise de sua trajetória.

Nas entrevistas, além das questões apresentadas aos trabalhadores não organizados, foram observados, nos integrantes do MTD, tópicos relativos à história do movimento; sua relação com outros movimentos sociais, sindicatos, partidos, igrejas ou outras associações; trajetórias pessoais no mundo do trabalho e em organizações associativas; motivações para a militância; por fim, avaliação das dificuldades para a formação e para a atuação do movimento.

Às entrevistas, somaram-se conversas informais com membros do MTD (tanto militantes como parte da base), observação participante em eventos como almoços informais ou de encerramento de um encontro do movimento, reunião de núcleo, mística de encerramento de um encontro estadual da juventude do movimento e de um seminário sobre hortas e alimentação e duas reuniões com coordenadores do movimento sobre a presente pesquisa.

Procurou-se compreender as dificuldades que o movimento tem encontrado, seja em sua formação ou na contínua renovação de si e de sua luta, e também suas potencialidades. Para isso, foi necessária também uma investigação sobre as circunstâncias sociais, políticas e econômicas nas quais o movimento se formou, as características das pessoas que o compõem, os problemas com que o movimento tem se deparado, as formas que tem encontrado para superá-los, suas conquistas e as formas de interpretá-las, os principais embates internos, as transformações nas

formas como o movimento avalia a si mesmo e às conjuntura do mundo do trabalho e as transformações das reivindicações ao longo desse processo.

À pesquisa de campo, aliou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o desemprego, no Brasil e no mundo, e sobre as formas de enfrentamento de trabalhadores a esse problema.

Como parte do pós-doutorado, além da pesquisa desenvolvida, houve participação nas atividades do grupo de pesquisa “Trabalho, cooperação e cooperativismo”, que se reuniu periodicamente, em reuniões e seminários, para debater os trabalhos realizados por seus integrantes, bem outros textos, teóricos e metodológicos, de interesse para sua temática de pesquisa.

Houve ainda a oportunidade de participar das atividades docentes, contribuindo em algumas aulas da Profa. Marcia Leite, no primeiro semestre de 2010: quatro aulas na graduação na Faculdade de Educação, no curso de Sociologia Geral, sobre o contexto da formação da Sociologia e sobre três de seus autores clássicos (Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber), e uma aula no doutorado em Ciências Sociais, na disciplina “Gênero, trabalho e política”, oferecida pela Profa. Marcia Leite, em conjunto com as Professoras Angela Carneiro Araújo e Maria Rosa Lombardi, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, onde expus e debati alguns elementos sobre o tema mercado de trabalho e desemprego.

3. Resultados da pesquisa e aproveitamento do pós-doutorado

Os resultados da pesquisa foram sistematizados em dois artigos, em anexo: “Trabalhadores desempregados e luta coletiva: dificuldades e possibilidades” e “Entre dificuldades e superações: pensando a luta coletiva de trabalhadores desempregados a partir de um movimento social”. Ambos são apresentados neste relatório.

O primeiro foi submetido à revista *Cadernos CRH* e está em fase de avaliação por pareceristas¹ e o segundo deverá ser submetido também a um periódico de boa qualificação e circulação. Como o período de um ano foi suficiente para realizar a pesquisa e escrever seus resultados, mas não para uma apresentação pública dos resultados da pesquisa, fica agendada, para 15 de março de 2011, uma exposição oral na Faculdade de Educação.

¹ O comprovante de submissão se encontra em anexo.

Com certeza, a participação no pós-doutorado da Faculdade de Educação cumpriu seus propósitos, pois além de ter permitido o desenvolvimento de uma pesquisa com originalidade e relevância social, trouxe a oportunidade de aperfeiçoamento da pós-doutoranda como profissional e a troca de conhecimentos com o grupo de pesquisa e as turmas de graduação e pós-graduação com as quais interagi.

Trabalhadores desempregados e luta coletiva: dificuldades e possibilidades

Giuliana Franco Leal²

Resumo

Este artigo propõe uma discussão sobre as possibilidades de reação ao desemprego por parte dos trabalhadores desempregados, coletivamente. A partir de revisão bibliográfica e de pesquisa de campo de caráter qualitativo com trabalhadores que fazem e que não fazem parte de movimentos sociais envolvidos com a questão do desemprego, desenvolvem-se hipóteses sobre quais são os obstáculos e quais são os impulsos para que trabalhadores desempregados se organizem em associações pela defesa de seus interesses.

Palavras-chave: desemprego; trabalhadores desempregados; movimento social; classes sociais; luta social.

Introdução

O desemprego, em qualquer grau que se apresente, compõe uma questão social e sociologicamente relevante porque evidencia a fragilidade dos trabalhadores e coloca em questão as possibilidades da sociedade capitalista realizar o mínimo de bem-estar para seus membros. Embora as taxas de desemprego e de trabalho informal tenham diminuído desde meados da década de 2000, ainda existe um grupo de desempregados e de trabalhadores informais que não

² Pós-doutoranda na Faculdade de Educação da Unicamp; professora de Sociologia na Afa.

pode ser considerado residual³, o que faz com que a discussão sobre o desemprego permaneça atual.

Pensar o desemprego – e o seu combate – envolve refletir sobre as possibilidades de reação ao desemprego, pelos próprios trabalhadores desempregados, coletivamente. Este artigo propõe a discussão desta questão. Procuramos desenvolver hipóteses sobre quais são os obstáculos e quais são os impulsos para que trabalhadores desempregados se organizem em associações pela defesa de seus interesses.

Desenvolveremos algumas hipóteses a partir de uma revisão da bibliografia sobre o tema e das primeiras etapas de uma pesquisa de campo realizada com trabalhadores desempregados. A pesquisa de campo, em andamento, contou até o momento com entrevistas semi-estruturadas com 32 trabalhadores em busca de emprego no Centro de Apoio ao Trabalhador (CPAT) na cidade de Campinas (SP), em dezembro de 2009, e com dois militantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), dos municípios de Campinas e do Rio de Janeiro, respectivamente em novembro de 2009 e em abril de 2010.

Os temas abordados com os trabalhadores desempregados diziam respeito ao seu perfil, suas experiências de trabalho e de desemprego, sua visão sobre as causas do desemprego e a maneira de resolvê-lo e, finalmente, seu conhecimento de movimentos de luta coletiva contra o desemprego e sua opinião sobre os mesmos. As entrevistas com os militantes do MTD abordavam, além destes temas, o histórico de formação do movimento, sua participação no mesmo, o perfil dos demais participantes e as dificuldades práticas encontradas na organização do movimento.

³ Sobre essa discussão, ver Leite (2009).

As dificuldades para a organização coletiva

O desemprego é uma categoria social construída, o que implica que a maneira como uma sociedade, por meio de disputas internas, constrói uma visão dominante sobre o desemprego – a partir de uma visão dominante sobre o lugar e o papel do trabalho – desenha as possibilidades de organização e luta em torno das questões envolvidas no tema.

No livro *Sociologie du Chômage* (1995a), Demazière mostra que a ideia de desemprego emerge com o desenvolvimento da sociedade industrial, com a correspondente relação salarial, apoiada sobre o contrato de trabalho institucionalizado e coletivo. A categoria é construída para classificar certas situações que fogem à norma social do trabalho regular assalariado.

Como todas as categorias sociais, também esta se modifica na medida em que a sociedade se transforma. O aumento do desemprego tende a provocar uma afirmação mais institucionalizada da categoria, seja a partir da identificação dos próprios trabalhadores, seja por iniciativa governamental na tentativa de estabelecer políticas públicas referentes ao tema (Demazière, 1995a).

Múltiplas variáveis estão imbricadas na categoria. Nas palavras de Demazière:

O desemprego não se define apenas por uma condição social objetiva (a privação de emprego), mas é também uma situação subjetiva (vivida de maneira variável pelos indivíduos) e também um estatuto reconhecido (enquadrado por instituições e regras). Ser desempregado (...) é uma condição que supõe uma dialética entre mecanismos socioeconômicos discriminantes, reivindicações individuais e lógicas institucionais (Demazière, 1995a, p.4, tradução livre).

Desse modo, o desemprego pode ser focado de várias maneiras, como por exemplo, um estatuto jurídico, uma experiência íntima, uma representação social ou uma categorização para ação administrativa. Consideramos que uma visão mais completa das questões relacionadas ao desemprego exige uma análise das relações entre suas várias faces. Mas cada uma delas pode ser

ênfatizada, com diferentes matizes, conforme as intenções de quem se aproprie da categoria em seu discurso.

Os variados discursos, com diferentes enfoques, representam uma disputa, no campo das ideias, a respeito de como lidar com o desemprego. Tais diferenças estão pautadas em visões de mundo diversificadas, mas também em interesses divergentes. Quando um grupo se organiza coletivamente em torno das questões relativas ao desemprego, tem a necessidade de construir sua própria posição sobre o tema, mas esta dialoga com a(s) visão(ões) dominante(s) sobre o tema, que variam no tempo e no espaço, conforme as condições sociais, econômicas e políticas de uma sociedade, que incluem as posições de força nas disputas entre grupos com interesses específicos.

Pignoni (2006) reforça o argumento acima ao oferecer um estudo comparativo do desemprego entre dois países, França e Itália. Sua premissa, confirmada pela pesquisa, consiste em que o desemprego é uma construção social, de modo que sua conformação e as representações sobre ele variam segundo a sociedade. Na França, o desemprego ganhou notoriedade pela sua massificação, tendo se tornado a grande questão social a partir da década de 1980, para estudiosos, políticos e opinião pública. A valorização do Estado de Bem-Estar Social, mesmo quando em crise, e o tratamento do desemprego como problema público facilitaram o surgimento de vários movimentos de trabalhadores desempregados e seu reconhecimento como interlocutores do Estado⁴. Já na Itália, predomina a tendência histórica a resolver esse tipo de problema na dimensão privada a partir da rede de solidariedade primária (principalmente no interior da família), a fraqueza do sistema público de proteção social e a tradição patriarcal de resolução dos problemas relativos ao emprego (tende-se a proteger o emprego dos homens chefes de família, subestimando-se o desemprego de mulheres e jovens, mais acentuado). Nesse país, as mobilizações de desempregados foram menores e restritas principalmente às regiões mais pobres.

⁴ É provavelmente por esse motivo que há tantos estudos sobre o desemprego na França, tendo a bibliografia francesa se constituído numa referência relevante para as pesquisas sobre o tema.

A socióloga brasileira Nadya Guimarães (2002) igualmente enfatiza a importância de observar as diferenças de contexto de um país para outro, conforme as políticas de emprego adotadas, a amplitude e o formato dos sistemas de *welfare*, os sistemas industriais e suas relações e a cultura mais ampla. Deriva daí que os estudos internacionais comparativos, ainda raros, são necessários, dadas as especificidades nacionais.

A própria Guimarães (2009) e sua equipe realizaram estudos comparativos entre o Brasil, a França e o Japão, mostrando as diferenças entre os mercados metropolitanos de Paris (1995-98), Tóquio (1994-2001) e São Paulo (1994-2001), com a utilização de *surveys* longitudinais para confrontar trajetórias ocupacionais. Chegaram assim à tese de que “os padrões de transição ocupacional variam segundo a maneira como se institucionalizam, nas diferentes sociedades, os sistemas de emprego e de proteção social, os chamados ‘regimes de welfares’” (Guimarães et.all, 2009, p.2). Em Paris, existe um sistema público, sólido e inclusivo; em Tóquio, um sistema privado pujante, mas seletivo; em São Paulo, uma experiência de proteção ao desemprego recente e restrita (datando da década de 80), construída sobre a base de um mercado com “desemprego recorrente” (em vez de “desemprego de longa duração”) e com dupla mobilidade, entre situações de ocupação e de desemprego e entre situações de atividade e inatividade.

Tais diferenças se refletem em variações nas representações sobre a procura de trabalho e os padrões de mobilização de recursos para a obtenção da ocupação: onde o padrão de duração dos vínculos é mais estável (caso do Japão), o desemprego é mais comumente vivido como privação individual da qual se procura sair com recurso à consulta a jornais e revistas (77,7%), seguida de perto por agências públicas de emprego (65,2%); na França, onde a proteção pela regulação normativa do desemprego é maior, o principal mecanismo é a procura direta no mercado com suporte do sistema público de apoio ao desempregado; por fim, em São Paulo, os

mecanismos que mais se destacam são as redes sociais, especialmente família e amigos próximos (79,5%).

Guimarães (2002) também ressalta que as representações variam não apenas de uma sociedade para outra, mas de acordo com a evolução do problema no interior de uma mesma sociedade. Nesse sentido, mostra que dentro do Brasil a maneira dos desempregados identificarem-se e representarem-se tendeu a variar segundo a extensão da crise do desemprego e as consequentes possibilidades de retorno ou não à situação de trabalho anterior.

No campo político, em momentos nos quais o desemprego parece reflexo temporário de uma crise, os movimentos de desempregados podem ser agentes centrais da demanda por um sistema de regulação pública mais eficaz, sendo indicativos de que a condição de desempregado não é um estigma que desonra; ao contrário, ela pode ser assumida como um sinal diacrítico, portador de uma identidade, mesmo sendo esta construída a partir de um estatuto transitório. Nas condições do início dos anos 1980, o trabalhador, em vez de "desempregado", mantinha sua representação pela sua designação profissional anterior (por exemplo, como "metalúrgico"); ou seja, sua origem ocupacional continuava sendo provedora de auto-reconhecimento e de reconhecimento pelos outros (em especial, pelo seu sindicato). Isto se tornava possível pela crença nas chances do retorno ao setor de origem. Tal construção subjetiva e o seu correlato institucional perderam sentido nos anos de crise da década seguinte no Brasil (Guimarães, 2002).

No caso brasileiro, a história da categoria desemprego foi marcada por característica do mercado de trabalho do país durante todo o século XX: vínculos de trabalho informais para mais da metade dos trabalhadores; alta rotatividade; grande disponibilidade de mão-de-obra; mecanismos de seguridade pouco extensivos. Assim, como assinala Fabiana Jardim (2009), o desemprego fica muitas vezes mascarado pelo subemprego, inclusive em estatísticas oficiais⁵.

⁵ No Brasil, as duas maiores pesquisas que permitem medir o desemprego são de tipo domiciliar. A Pesquisa Mensal de Desemprego (PME), do IBGE, é aplicada em seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Enfim, o desemprego foi subestimado no Brasil por muito tempo. Estudos sobre o desemprego, pensados nesses termos, somente se multiplicaram no Brasil na década de 1990. Antes disso, a maior parte das pesquisas empregavam em maior medida categorias como “marginalizados”, “excluídos” e “trabalhadores informais”⁶. Políticas de combate ao desemprego ou de atenuação dos seus efeitos também foram tardias no país: o seguro-desemprego, por exemplo, embora previsto já na Constituição de 1946, só foi regulamentado por decreto em 1986, e apenas em 1990 se criou de fato um Programa Seguro-Desemprego (Jardim, 2009).

Com esses dados, fica mais fácil compreender que, no Brasil, a formação de movimentos de trabalhadores desempregados tenha sido tardia, se comparada com países europeus, cujos mercados de trabalho bastante estruturados e formalizados tornaram mais definida a separação entre atividade e inatividade.

Na Europa, desempregados entraram na cena pública por meio das “marchas da fome”, em vários países, durante os anos 1880; as mobilizações ganharam intensidade e visibilidade após a crise de 1929, principalmente na Inglaterra, por melhorias das condições de vida dos desempregados (aumento da indenização, fim das expulsões das moradias, gratuidade nos

Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Ela leva em conta apenas o desemprego aberto, isto é, relativo às pessoas em idade ativa (acima de 10 anos, embora a PME só leve em consideração os que estão acima de 15 anos até 2003, quando volta a ser 10 anos) que não tenham exercido atividade remunerada e tenham procurado ativamente por trabalho num período de referência de 30 dias (até 2002, o período era de apenas 7 dias). Depois da mudança metodológica de 2003, o PME passou a reconhecer a categoria desalento, reconhecendo as situações em que as pessoas deixam de fazer parte da PEA de modo involuntário, ainda que esse reconhecimento tenha se dado de maneira restrita, deslocando essas pessoas para a categoria da inatividade. Por sua vez, a pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Dieese, existente desde 1984, tem como principal inovação o esforço para definir e mensurar o desemprego oculto, por trabalho precário ou por desalento. Tanto desemprego oculto como aberto entram na contagem total de desempregados. A população e idade ativa (PIA) é considerada a partir de 10 anos, pela realidade social do país, que leva muitas crianças a trabalhar. As diferenças metodológicas vão se aprofundar na definição da população economicamente ativa (PEA), que leva em consideração os seguintes critérios: procura efetiva de trabalho; disponibilidade para trabalhar (período de 12 meses); estar ou não em situação de trabalho; tipo de trabalho exercido (regular ou irregular) e necessidade de mudança de trabalho (sim ou não).

⁶ Uma das exceções é o trabalho de Hirata e Humphrey (1989), que analisa as trajetórias de operárias e operários que perderam seus empregos na crise econômica pela qual o Brasil passou no início da década de 1980. A pesquisa leva à conclusão de que há três fatores que influenciam as estratégias operárias face à perda do emprego: a força da identidade profissional, a posição do(a) trabalhador(a) na família quanto ao papel de provedor(a) e as diferenças de oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho segundo o sexo e a qualificação.

transportes e cuidados médicos etc.) e também por uma melhor repartição do trabalho (redução da jornada de trabalho, organização de grandes frentes de trabalho públicas, supressão de horas extras); finalmente os movimentos reavivaram-se outra vez na década de 1970, novo momento de crise econômica e elevação do desemprego, com destaque para a França, onde estes movimentos têm uma aceitação especial, pois alguns deles passam a ser reconhecidos como interlocutores pelo Estado (caso do Movimento Nacional de Desempregados).

Já no Brasil, os movimentos de desempregados são pouco numerosos e têm baixa participação. Manifestações estimuladas pelo desemprego apareceram na década de 1980, mas não foram duradouras. É o caso do movimento de Luta Contra o Desemprego (MLCD), atuante na cidade de São Paulo entre 1983 e 1985, e dispersado pela própria desarticulação interna⁷ (Prette, 1990). Em 2000, surgiu o Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD), em Porto Alegre, com a mobilização de famílias de desempregados em busca de melhorias nas condições de vida, trabalho e moradia, a partir da iniciativa de militantes pela reforma urbana (Goulart, 2003), ligados à Consulta Popular. O movimento se expandiu, buscou articulações com outras cidades e estados e chegou a promover seu primeiro encontro nacional em abril de 2007, com o desafio de construir uma identidade nacional Mas basta procurar informações sobre o movimento para perceber que sua visibilidade é pequena. Cabe investigar as causas deste fato.

Retomando a questão do mascaramento do desemprego pelo subemprego, em países com alto grau de informalidade, levantamos a hipótese de que não é só na definição das categorias mensuração que o desemprego se confunde com o subemprego. No contexto descrito, trabalhadores com empregos intermitentes e precários podem tender a não se reconhecer como desempregados, acostumados que estão a esse tipo de situação como o padrão de normalidade.

⁷ O MLCD atuava prioritariamente por meio de atos públicos, acampamentos e montagem de cartas e comissões para negociação; suas reivindicações principais eram a abertura de frentes de trabalho, benefícios para os trabalhadores desempregados (de seguro-desemprego a passes, cestas básicas e isenção das contas de água e luz), legalização da estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais (Prette, 1990).

De acordo com Demazière (1995b), se o desemprego é uma experiência estigmatizante para a maioria das pessoas, a tendência é que seja negado como fonte de identidade social ou vivido como identidade negativa, que não se deseja afirmar. Seguindo esse raciocínio, entrar numa associação de desempregados significaria aceitar se reconhecer e ser reconhecido como tal, renunciando a uma identidade de quem busca sair daquela situação.

Demazière (1995a) enfatiza ainda que também as instituições oficiais e privadas voltadas ao tratamento, quantificação e resolução do problema dos desempregados contribuem para seu silenciamento, ao tratar esses trabalhadores como problemas a resolver e ao defini-los por suas carências, faltas e dificuldades, retirando-lhes o valor social. Dessa forma, a maior parte das formas de mobilização em torno do desemprego tende a se constituir em freio à mobilização dos próprios desempregados, por serem fundadas em sua desqualificação social e política.

Esta não é a única dificuldade de construção de uma identidade coletiva a partir do estatuto de desempregado. Segundo Demazière (1995a), a heterogeneidade dos trabalhadores desempregados, no que concerne a suas condições de vida e maneiras de viver o desemprego, consiste num fator desfavorável à sua constituição em atores coletivos.

Estudos sobre desempregados, desenvolvidos em diferentes partes do mundo, mostram a diversidade de posturas, avaliações e estratégias quanto ao desemprego. Schnapper (1994), por exemplo, ao fazer uma enquete com trabalhadores desempregados na França, tipificou três experiências distintas de desemprego. No que ela chamou de experiência do desemprego total, que atinge principalmente pessoas com nível cultural modesto e inserção social frágil, predominam os sentimentos de humilhação, vazio e solidão. Outras pessoas, principalmente mulheres jovens com pouca qualificação profissional, elaboraram a partir do desemprego uma experiência completamente contrária, baseada na valorização do tempo livre para fazer o que realmente se gosta e que não podia ser realizado juntamente com as atividades profissionais até

então exercidas; essa vivência foi chamada por Schnapper de desemprego invertido. O último tipo de experiência tipificada foi o desemprego adiado, em que sobretudo os profissionais mais qualificados investiam tão profundamente na busca de um novo emprego e na qualificação profissional que tinham a sensação de continuar trabalhando; porém, com o prolongamento do desemprego, tendia a haver entre eles o mesmo sentimento de humilhação e culpa vividos pelo primeiro grupo mencionado.

Pesquisando as percepções de trabalhadores desempregados no Brasil, Marineide Silva (2009) também confirma que, como afirmam Guimarães e Hirata (2004), o desemprego é seletivo, atingido as pessoas de maneira desigual. Pesam nas diferenças a idade, a posição na família, o sexo, a qualificação, as possibilidades de uma alternativa de subsistência.

Na pesquisa realizada por Marineide Silva (2009), a maior parte dos entrevistados homens declara que o sofrimento em situação de desemprego é maior para quem é chefe de família, seja homem ou mulher, e as mulheres chefes de família dizem que o sofrimento delas é maior. É mais comum que as mulheres se viam em bicos e empregos de estatutos diversos, mas os homens chefes de família também acabam aceitando trabalhos bem precários para sustentar os seus – como confirmam os trabalhos de Jardim (2009) e Segnini (2006).

Também variam as percepções segundo o recorte geracional, segundo Silva (2009). Os mais velhos repetem muito sobre a mudança do mercado de trabalho, que tornou mais difícil, entre o período do seu ingresso e o momento atual, encontrar emprego, especialmente de tipo protegido e estável. Já os mais jovens agem como se sempre tivesse sido assim, pois não conheceram outra situação.

Em geral, entre os jovens, predomina uma crença na qualificação como modo de conseguir um posto de trabalho. A diferença maior entre os jovens está entre morar com os pais ou ser chefe de família. Entre os jovens que moram com os pais, sair de um emprego que não

consideram adequado é, às vezes, uma estratégia para tentar um futuro melhor. Para esses jovens que não são provedores, é comum que o desemprego represente principalmente uma privação das possibilidades de consumo, mas não uma ameaça à sobrevivência. Já para os jovens chefes de família, o sustento da família é a primeira coisa a ser ameaçada pelo desemprego, e portanto a estabilidade é privilegiada em detrimento do progresso na carreira (Silva, 2009).

Outro fator importante para as variações das percepções do desemprego, segundo a pesquisa de Silva (2009) está no recorte da qualificação e escolaridade. Para os mais qualificados, o desemprego é vivido como uma “vergonha”, enquanto entre os menos qualificados, com trajetória de trabalhos precários, o desemprego é só mais um desafio de sobrevivência. Estes últimos, “diante do entendimento de que nada poderia melhorar, já que esse é o histórico de suas vidas pessoais e familiares, possuem uma descrença em relação ao trabalho e uma percepção de que a vida de quem é pobre será sempre trabalhar arduamente. Por conseguinte, a experiência do desemprego não é vista como um episódio marcante, mas como um elemento intrínseco da vida dos pobres” (p.191).

Isso não quer dizer que o desemprego não exacerbe, também para os menos qualificados, o sentimento de desvalorização social e de fracasso social. Mas, por outro lado, eles costumam manifestar orgulho de, mesmo sob condições adversas, terem garantido uma vida digna para si e para seus familiares, com muito esforço. Entre os mais qualificados, há identificação positiva do trabalho e projeção do futuro a partir da ascensão profissional, que entre os menos qualificados não há (Silva, 2009).

Dowbor (2004) já afirmava que para um desempregado voltar o mercado de trabalho, as opções são subjetivamente diferentes dependendo de onde se venha: para os trabalhadores não especializados, acostumados à insegurança no trabalho, é mais fácil recorrer ao ingresso no mercado informal; já para os especializados, a situação de desemprego prolongado é percebida

como mais constrangedora, havendo mais vontade de voltar a uma ocupação de mesmo tipo da anterior e mais resistência a ir para o mercado informal.

Sua forma de buscar emprego, por sinal, dificulta pesquisas empíricas com desempregados de classes mais altas. Uma das raras exceções foi o livro da psicanalista Mariá Guilleuse (2009) sobre executivos demitidos em busca de nova colocação. Este livro mostra o quanto o desemprego é tão mais constrangedor quanto maior é a identificação do sujeito com sua profissão¹⁰.

Na tese em que analisa os vários recortes – geracional, de gênero, de qualificação etc. – sobre as visões formadas pelos trabalhadores sobre situação de desemprego, Silva (2009) conclui que “a pesquisa de campo confirmou a dificuldade de apreender homogeneamente o desemprego e revelou um verdadeiro mosaico de significados e vivências que o fenômeno suscita” (p.220). Em suma, o sofrimento subjetivo desencadeado pelo desemprego depende da forma como os indivíduos concebem o trabalho, a trajetória dos pais, os projetos de futuro e os investimentos familiares em seu processo de escolarização ou profissionalização.

A partir daí, pode-se supor que a diversidade nas formas de vivenciar o desemprego dificulta uma luta comum porque representam modos diferentes de buscar soluções ou de encontrar uma causa comum a situações diferenciadas segundo sexo, idade, trajetória e classe, entre outros fatores.

¹⁰ Os depoimentos de dois executivos desempregados, João e Fred, mostra sua vergonha em relação ao desemprego: “No começo da semana, fui buscar meu seguro-desemprego, cheguei lá e vi uma fila enorme de desempregados. Tive vontade de sair correndo. (...) Estava morrendo de vergonha e fiquei meio escondido (...). Lá pelas tantas, depois de uns vinte minutos na fila, eu escuto: ‘oi, doutor João. O senhor por aqui?’”. Era o mensageiro que atendia as secretárias das empresas. Eu quase me enfiar dentro do meu jornal” (João). “O pior de tudo é que a gente não desce do salto e não consegue admitir que somos pessoas como as outras, que temos os mesmos problemas e dificuldades, que não somos mais, e nem sei se um dia fomos, superiores e poderosos. (...) lembrei-me de toda regalia que já tive na empresa. É difícil mesmo abrir mão de tudo. Eu tinha uma casa, um carro, motorista, secretária, office boy, assistência médica para a família toda. Quando fui demitido, tive que sair até da minha própria casa. Foi devastador” (Fred).

Aliás, encontrar uma causa clara para o desemprego é um grande desafio para os trabalhadores desempregados, ampliado pela falta de clareza de que o tema se reveste nas sociedades contemporâneas. Se não se conhecem ao certo as causas do desemprego, como lutar contra ele? Quem personifica, para os trabalhadores, os algozes do mal do desemprego?

Em pesquisa de campo com trabalhadores em busca de emprego na cidade de Campinas, as respostas mais comuns sobre as razões para a existência do desemprego no país se referiam à falta de qualificação dos trabalhadores (justificativa bastante repetida pela grande imprensa, em seus discursos sobre a empregabilidade), a falta de vontade do governo de criar empregos e a tecnologia.

É muita tecnologia, né, filha? As máquinas fazem tudo e a gente fica assim sem trabalho. (Regina, 52 anos, viúva; bancária desempregada; faz crochê para vender para as conhecidas do bairro).

[O desemprego] depende muito dos governantes e da burocracia que eles impõe. Eu, por exemplo, fiz esse curso de porteiro [mostrando o diploma], terminei agora pouco. Talvez eu encontre essa vaga, mas eles provavelmente vão pedir experiência, e nesse serviço, nesse setor, nessa função, eu nunca trabalhei. Talvez eu encontre com facilidade, talvez não.

(Manoel, 44 anos, em união, 8ª série, último emprego formal como meio-oficial, atualmente faz bicos como pedreiro).

Sei lá. É muito pouco emprego pra muuuita gente. E fica mais difícil porque eles pedem segundo grau, curso profissionalizante. Eu estava até falando pra minha colega do lado: agora eu sei o quanto é importante estudar, fazer curso. Pra quem não tem estudo, não fez curso, fica mais difícil. Aí o que vão aparecer é faxina, lavar banheiro. É muito difícil. (...) isso é assim, não é só coisa do Brasil, isso é coisa do mundo todo, que tá difícil. Você vê gente na fila do emprego. Dizem que antes era mais fácil, mas agora está mais difícil, porque estão exigindo muita coisa. Naquele tempo, não exigia tanto.

(Iolanda, 24 anos, em união, um filho, 8ª série, já trabalhou na área de serviços gerais)

Esses depoimentos são representativos, pois confirmam achados de outras pesquisas de campo com trabalhadores desempregados que investigam as razões mais comuns atribuídas ao desemprego: substituição da mão-de-obra empregada por novos recursos tecnológicos e dificuldade de qualificação dos trabalhadores, além de exigência de juventude ou de experiência,

preconceitos contra negros e contra pessoas julgadas pelos selecionadores como de “má aparência” e/ou que moram em bairros estigmatizados, restrições a mulheres com filhos e políticas públicas e privadas de enxugamento de postos de trabalho (Jardim, 2009; Santos, 2000; Silva, 2009).

Respostas envolvendo questões políticas mais específicas são mais raras, mas existem. Em nossa pesquisa, foi encontrada justamente no discurso de militantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados. Como no trecho abaixo, de uma entrevista com um militante responsável pela organização do movimento em Campinas:

Não precisaria ter desemprego. O padrão tecnológico que a gente tem daria para garantir emprego pra todo mundo. A questão da educação também é limitante. Mas a gente acha principalmente que houve um processo de reestruturação produtiva, de terceira revolução industrial, e essa reestruturação produtiva só serviu pra acumular pro patronato, e não serviu pra poder beneficiar o conjunto da população. Então o trabalho, se reduziu a mão-de-obra, se mecanizou, informatizou e se deixou amplas parcelas da população à margem de tudo isso.

Consideramos que uma visão politizada sobre as origens do desemprego é uma das condições para a construção de uma luta contra o desemprego. Em contrapartida, a impossibilidade de clareza sobre como o desemprego se desenvolve impede pensar que tipo de medidas tomar para combatê-lo. Concordamos com o argumento de Bourneau e Martin (1993) de que a ausência de adversários claramente definidos torna a mobilização mais difícil.

Existem autores que questionam também a possibilidade de construção de um projeto por parte dos trabalhadores desempregados, em grande parte por não terem um lugar na sociedade, reconhecido por outrem ou por eles mesmos.

Este tema é desenvolvido no livro de Robert Castel, *As metamorfoses da questão social* (1995). Sua preocupação central é justamente a fragilidade do vínculo social, a incerteza dos estatutos e a ausência de um “lugar social” para uma parte das pessoas, isto é, “a presença,

aparentemente cada vez mais insistente, de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado” (p.23).

Castel fala em “zonas” que vão da integração à desfiliação, constituídas em referência a dois eixos: a relação com o mercado de trabalho e com a(s) rede(s) de sociabilidade primária. A primeira zona é caracterizada pelo trabalho estável e pela inserção relacional sólida. No meio, encontra-se uma zona intermediária de vulnerabilidade social, que combina precariedade do trabalho e fragilidade dos suportes de proximidade. Como zona extrema no lado negativo do processo, está a desfiliação, caracterizada pela ausência de participação em qualquer atividade produtiva e pela fragilidade dos suportes de proximidade

Nesta última situação, as pessoas são consideradas, numa sociedade marcada pelos valores utilitaristas do mundo industrial, como “inúteis para o mundo”. Desqualificando-os também no mundo cívico e político, essa “inutilidade” os torna “não-forças sociais”, no sentido de que eles não têm poder de influência sobre os rumos da sociedade. Enfim, eles não têm existência social, ou seja, não encontram um lugar reconhecido na sociedade. Pela sua ausência de lugar reconhecido, Castel (1998) os chama de supranumerários, não integrados nem integráveis na sociedade no sentido da solidariedade orgânica durkheimiana, ou seja, não pertencentes como elemento interdependente no conjunto da sociedade. Essa inutilidade os desqualificaria no plano cívico e político, tirando-lhes influência no rumo dos acontecimentos sociais. Por isso, Castel diz que são “não-forças sociais”. Suas manifestações restringiriam-se à violência esporádica e sem orientação precisa. Para que houvesse realmente luta social, seria necessário que houvesse um coletivo e um projeto de futuro.

Trata-se da mesma ideia de Soulet (1994), de que indivíduos em situação de exclusão do mercado de trabalho encontram-se atomizados, não formam um grupo organizado nem portador

de um projeto social para assegurar o controle social das orientações normativas e culturais da sociedade (Soulet, 1994).

Martins (2002), igualmente, considera que os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho não têm potencial para se constituírem em sujeitos sociais transformadores. Privados da participação direta no processo produtivo, eles estariam privados também de formas eficientes de luta (tais como as greves) que interferissem nesse processo:

Eles não protagonizam nem realizam uma contradição *no interior* do processo produtivo, que ao mesmo tempo produz coisas e produz, ou reproduz, relações sociais, as relações fundamentais à produção e realização da mais-valia e, sobretudo, fundamentais às novas formas, especulativas e rentistas, de acumulação de capital. Eles são apenas o trabalhador potencial, o resíduo crescente do desenvolvimento econômico anômalo. Quando muito, são trabalhadores dos setores secundários e irrelevantes da produção. Por isso são excluídos. Não só, nem principalmente, excluídos das oportunidades de participação social. Mas, excluídos das possibilidades ativas do fazer História. (...) Não podem impregnar por dentro o processo de reprodução ampliada do capital. A produção de novas situações e de novas relações sociais se dá *sem eles*. E a reprodução se dá *sem sua participação direta*. Diferente de quem efetivamente trabalha e é vital para o processo de acumulação ampliada do capital. São descartáveis. Esse é o extremo histórico da coisificação da pessoa e de sua alienação (Martins, 2002, p.35).

Segundo Martins (2002), as formas de protesto que tem ocorrido no país nos últimos anos – invasões, passeatas, linchamentos, quebra-quebras etc. – são também conservadoras, pois não contém um conteúdo político nem comprometem “a reprodução do ‘sistema’”. Pelo contrário, seu foco é a integração no existente, pela via do consumo.

Se isso é verdade, as formas de luta que se verificam se dão entre os que se encontram nas mesmas condições precárias, em disputas individualistas por oportunidades melhores.

Nessa linha de Martins (2002), de que os excluídos querem entrar no mundo do consumo, Soulet (1994) e Karz (2000) afirmam que tudo que os *out* querem é ser *in*. Se tomarmos essa afirmação como válida, fica difícil pensar a possibilidade de formação de um projeto coletivo, no

lugar do qual haveria apenas uma luta por determinadas posições na estrutura social tal como ela se encontra, e que tende a ser uma luta individualizada e interna ao próprio conjunto de “excluídos”. Afinal, quando os *out* querem ser *in*, há pouca evidência de contradição e de enfrentamento de interesses opostos. Sob tal perspectiva, o sentimento de insegurança frente à precarização e às incertezas sobre a sobrevivência substituiria a consciência de classe.

A própria possibilidade de construção de uma consciência de interesses comuns pode ficar prejudicada pelo isolamento causado pelo desemprego. A vergonha pelo desemprego, mencionada por vários pesquisadores empíricos da situação dos desempregados (Santos, 2000; Silva, 2009; Schnapper, 1994) e discutida algumas páginas atrás, é um fator relevante para o isolamento. A depressão causada pela situação difícil (Santos, 2000; Silva, 2009; Schnapper, 1994) também pode ser apontada como tendo a mesma consequência. Além disso, para muitos, a sociabilidade com os colegas de trabalho é a mais forte além da família, e também ela fica desfeita quando se é mandando embora de um trabalho.

Além de todos os obstáculos assinalados pelas pesquisas já existentes sobre o tema do desemprego, alguns outros fatores específicos de dificuldade para a organização coletiva contra o desemprego são sugeridos por nossa pesquisa de campo, em andamento.

Militantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, em Campinas e o Rio de Janeiro, relataram conflitos com o crime organizado, quando um dos núcleos do movimento se instalava em uma favela do Rio de Janeiro. Alguns anos atrás, os militantes chegaram a ser expulsos por não permitirem instalar uma boca-de-fumo dentro da ocupação e lideranças foram ameaçadas de morte por traficantes locais. Também na cidade de Sumaré (SP) foi relatada a expulsão dos militantes de um bairro da periferia por traficantes.

Como o MTD conecta a luta por trabalho com a luta por moradia, adotando como um dos seus meios de ação as ocupações de terrenos urbanos, isso também tem o potencial de gerar

tensões com a polícia, como já ocorreu em desocupações nos municípios de Campinas (SP) e do Rio de Janeiro. O que não é de se espantar numa sociedade com tradição de confundir questões sociais com casos de polícia.

Não é incomum que a menção a um movimento de trabalhadores desempregados suscite uma certa desconfiança em pessoas que o desconhecem. Nesse sentido, é comum para um pesquisador do movimentos dos desempregados ouvir (como aconteceu a respeito da presente pesquisa) frases como: “Não seria melhor se eles [os trabalhadores desempregados] fossem procurar emprego, em vez de ficar gastando tempo fazendo movimento?” (de uma jornalista de 40 anos). Ou: “Sei não, não me espanta se esses líderes desse movimento estiverem usando isso como escada para serem um dia deputados ou coisa do tipo” (de um professor universitário de 37 anos).

Nessas afirmações, está implicada a ideia de que uma luta contra o desemprego não deve ser politizada, e quem a politiza está com más intenções. Se não deve ser politizada, é porque é uma questão individual, e não um problema criado socialmente e que por isso deve ser solucionado coletivamente.

Não apenas na classe média, percebe-se essa individualização. Também na maior parte das entrevistas com trabalhadores desempregados com baixa qualificação e baixa renda (19 num total de 32 entrevistas), apareceram afirmações de que a solução para o desemprego é exclusivamente estudar, se qualificar mais, buscar uma profissão que esteja em alta no mercado, estar disponível “para qualquer trabalho” – todas soluções individualizadas.

A pesquisa de Nancy Pereira (2007) com grupos do MTD confirmou essa visão de mundo. Os grupos que participaram da pesquisa-ação perceberam que o que se vê na imprensa e nas propagandas é a ideia de que o emprego existe e a culpa pelo desemprego é dos indivíduos que não conseguem chegar a ele (porque não estão qualificados ou não tem experiência ou não

sabem se comportar numa entrevista etc.): todas as informações divulgadas se voltam para a explicação de como fazer currículo, como se comportar numa entrevista, como se preparar para concursos etc. Segundo os mesmos grupos, formas semelhantes de tratar o problema são apresentadas por igrejas das mais variadas religiões, que oferecem meios místicos para que cada pessoa procure uma saída particular para o desemprego em sua família: no mercado da fé, o emprego torna-se mercadoria que o fiel vai trocar com Deus. Em ambos os casos, vemos a manutenção de uma atitude individual em relação às alternativas ao desemprego, como reflexo de uma atribuição da culpa do desemprego ao desempregado, e não a uma estrutura e conjuntura político-econômica. Na pesquisa de campo que temos feito, também há casos (10 entrevistados, num grupo de 32), em que aparece um embrião de politização da questão do desemprego, quando os trabalhadores são perguntados sobre como resolver o desemprego. Mas as respostas se concentram na ideia de que “o governo tem que resolver”. Sobre como fazer isso, obtivemos as seguintes respostas: “criar empregos”, “fazer as firmas terem mais empregos”, “dar os cursos certos pra gente poder ter o que os patrões exigem da gente”.

A resposta à pergunta sobre conhecerem movimentos de desempregados foi unânime entre os 32 trabalhadores desempregados entrevistados na cidade de Campinas: ninguém tinha ouvido falar sobre isso, nem nesta cidade nem em outra. Mas, sobretudo, a maioria dos trabalhadores que participaram da entrevista não tinham uma ideia clara do que significava um movimento social. Apenas dois associaram o termo a “protestos por melhorias na vida dos trabalhadores” e a “procurar direitos” (respectivamente, um motorista desempregado de 27 anos com ensino médio completo e um homem de 44 anos, que estudou até a oitava série e faz “bicos” de pedreiro, estando sem registro em carteira há mais de dois anos). Os demais trabalhadores disseram não saber o que poderia fazer um movimento de trabalhadores desempregados ou o associaram a uma agência de procura de emprego, a uma instituição de assistência social ou a

uma instituição governamental de mediação entre empresas e trabalhadores. Parece haver, enfim, um desconhecimento generalizado sobre a possibilidade de uma luta coletiva e politizada.

No entanto, possibilidades de uma luta desse tipo existem, e isto fica claro pelos focos dela que se apresentam na realidade, no Brasil e no resto do mundo. Cabe-nos, então, investigar quais são os fatores facilitadores e/ou propiciadores dessas possibilidades.

Possibilidades da luta coletiva

Ainda que seja difícil a construção de um projeto comum a partir da situação atomizada dos trabalhadores desempregados, se há muitos movimentos que se formam a partir da identidade de “sem” (sem-terra, sem-teto, sem-trabalho...), algo deve explicar sua existência.

Uma explicação pode ser buscada em E.P.Thompson (1984), em seu estudo sobre a formação da classe operária inglesa: o pertencimento a uma classe (ou a uma categoria), sua identidade e seu projeto se constroem na mesma medida em que se processa sua organização e sua luta coletiva. Assim, talvez, o pertencimento a um grupo em luta por outras questões que não o trabalho (movimentos de bairro, movimentos por carências específicas, sindicatos quando empregados etc.) facilitam a evolução para a identidade de sem-trabalho e a luta em torno dela. Em outras palavras, se os passos de uma certa luta forem pensados apenas sob uma determinada ordenação temporal necessária – primeiro, é preciso ter força política e um projeto bem definido; depois, organizar-se para promovê-lo – realmente parece que o desenvolvimento do processo é impossível; contudo, a luta, a formulação de um projeto e o fortalecimento como grupo com objetivo comum não constituem necessariamente fases rigidamente separadas.

A luta de um grupo com identidade negativa é também a luta pela re-significação dessa identidade. É o que percebem pesquisadores em movimentos sociais específicos. Prette (1990)

pesquisou um movimento de trabalhadores desempregados formado e dissolvido na cidade de São Paulo em meados da década de 1980 e explica assim sua existência:

Se, de um lado, a categoria desempregado não provia ao trabalhador nenhuma identidade social positiva e, mesmo, podia afetar-lhe a identidade pessoal, de outro lado, a sua filiação a um movimento reivindicativo de direito ao trabalho, ainda que expondo socialmente a sua situação, representava a possibilidade de superação de sentimentos negativos e de construção de uma nova identidade social ligada ao exercício da cidadania (Prette, 1990, p.245).

Não é por acaso que o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, na década de 2000, faz questão de ressaltar sua identidade não só de desempregados, mas de *trabalhadores* desempregados – como uma liderança do MTD em Campinas fez questão de ressaltar durante a entrevista:

Você não pense que o trabalhador desempregado não trabalha. Nós somos o movimento *dos trabalhadores* desempregados, e não dos desempregados. Se você for avaliar, o trabalhador desempregado, ele trabalha muito pra sobreviver, ele é o precarizado.

O ato de assinalar que os desempregados são trabalhadores, e que trabalham muito, faz lembrar que o movimento tem a capacidade – e talvez o papel – de reafirmar, com a categoria “trabalhador”, uma identidade positiva que se soma à categoria desqualificada de desempregado. Por um lado, é uma defesa contra aqueles que julgam os desempregados como “vagabundos” ou o movimento social como criminoso ou arruaceiro. Por outro, é uma maneira de os próprios integrantes do movimento afirmarem para si mesmos uma identidade positiva.

Também Demazière (1995a) constatou, no mesmo sentido, que

Quaisquer que sejam as tentativas de mobilização coletiva e de expressão pública, elas testemunham transformações do estatuto do desempregado: se ele permanece uma condição social desvalorizada, ele, contudo não é mais sistematicamente vivido e percebido como vergonhoso e pode, em certos casos, constituir a base de uma identidade coletiva. Nesse sentido, a observação mais micro-sociológica da vivência do desemprego interpela a dinâmica de construção identitária dos sem-trabalho, interroga

as mutações do lugar do desemprego nas representações sociais, questiona as evoluções da posição do desempregado na organização da sociedade (Demazière, 1995a, p.113, tradução livre).

As indicações oriundas do cotidiano dos movimentos sociais parecem confirmar o que Axel Honneth (2003) percebe ao formular a teoria do reconhecimento como base para lutas coletivas: a participação num movimento social pode ser um modo de encontrar solidariedade e reconhecimento que não são vivenciados fora dali.

Quanto à questão da vergonha do desemprego como um fator paralisante, encontramos também um argumento contrário em Honneth (2003). Ele mostra que a vergonha também pode ser um impulso para a luta. Se as pessoas experimentam uma quebra de expectativa em relação ao que esperam como resposta para suas ações, suas reações variam segundo o sujeito a quem atribuam ser o causador dessa quebra: se são elas mesmas, o sentimento tende a ser de culpa; se os culpados são outros, o sentimento deverá ser de indignação moral. Nesse caso, experimenta-se o sentimento de ser desrespeitado, o que pode ser base para a construção de uma luta coletiva.

Pensando nesses termos a possibilidade de construção de uma luta coletiva por trabalhadores desempregados, pode-se dizer que seu potencial existe quando aqueles sujeitos percebem que sua situação foi gerada por decisões de outros agentes (não necessariamente de modo deliberado para lhes causar esta situação, mas para perseguir objetivos próprios em ações que, inter-conectadas, levam à diminuição dos postos de trabalho), que suas ações individuais para estarem aptos ao mercado de trabalho não geram a resposta esperada, não por sua culpa, mas por circunstâncias determinadas socialmente e que estas circunstâncias os humilham e descumprem aquilo que se espera de um contrato social legítimo nas sociedades de trabalho assalariado sob cujos princípios esses sujeitos foram socializados (no caso, a garantia de que

todos possam ter acesso à satisfação de suas necessidades materiais se estiverem dispostos a trabalhar, a promessa de que todos os cidadãos tenham direito ao trabalho).

Considerações finais

Várias dificuldades pesam contra a organização coletiva de trabalhadores desempregados. Entre elas, é central a vivência do desemprego como experiência de inferioridade social. Esse modo dos trabalhadores desempregados se verem e serem vistos é condicionada pela visão de mundo dominante do trabalho assalariado como norma social, mesmo quando os postos de trabalho existentes não correspondem ao número de pessoas que querem ocupá-los. No caso do Brasil, entre outros países, o estigma de “vagabundo” a quem está sem trabalho é acentuado pela informalidade presente em toda a história do país, na medida em que se cria o padrão de os trabalhadores aceitarem “se virar” em expedientes precários para assegurar a sobrevivência, e o desemprego oculto por trabalho precário tem recorrentemente sido mascarado. Além disso, o isolamento proporcionado pelo corte dos vínculos de trabalho também dificulta a criação de laços associativos.

A ausência de clareza sobre os fatores que levam ao desemprego e as formas de resolver o problema, junto com a despolitização do tema, também dificultam pensá-lo coletivamente. Enquanto se buscam soluções individuais, a competição entre os trabalhadores nas mesmas condições de desemprego substitui a busca de um projeto comum. A possibilidade de organização coletiva também se ressentida da falta de um adversário claramente definido.

Quando apesar desses obstáculos, consegue-se começar uma organização, métodos como a ocupação de terrenos para moradia e trabalho vêm acompanhados de novos obstáculos, na forma

de conflitos com outros agentes sociais, como grupos criminosos, grupos econômicos capitalistas e polícia.

Em que pesem todas as barreiras à organização coletiva e politizada de trabalhadores desempregados, existem também as possibilidades para que esse caminho se concretize. A vergonha de uma certa condição (por exemplo, de desempregado), apesar de poder ser paralisante, também pode ser um impulso para a luta, quando o sujeito percebe que sua situação é causada por um fator externo, de responsabilidade de outros agentes sociais – caso em que o sentimento de ser desrespeitado pode levar à indignação moral e constituir-se em base para a construção de uma luta coletiva. Por fim, a participação em um movimento social desse tipo pode ser motivada pela possibilidade do sujeito encontrar ali uma solidariedade e um reconhecimento que não consegue experimentar em outra parte.

Enfim, o sentimento de pertencimento a uma categoria, uma identidade coletiva e um projeto de futuro constroem-se ao longo do processo de organização e de luta de um grupo. É, portanto, provável que o pertencimento a um grupo em luta por outros direitos seja um facilitador para a construção de um movimento de trabalhadores desempregados.

Referências bibliográficas

- Bourneau, Martin. Organizar les sans-emploi, L'expérience de l'APEIS dans le Val-de-Marne, in Filleule, O. (dir.), *Sociologie de la protestation. Les formes de l'action collective dans la France contemporaine*. 1.ed. Paris: L'Harmattan, 1993.
- Castel, Robert. *Les metamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. 1.ed. Paris: Fayard, 1995.
- _____. Centralité du travail et cohésion sociale, in : KERGOAT, Jacques *et alii.* (dir.). 1.ed. *Le monde du travail*. Paris : La Découverte, 1998. Pp.50-60.
- Del Prette, Almir. *Movimentos sociais em uma perspectiva psicólogo-social: o Movimento de Luta Contra o Desemprego*. Tese de doutorado em Psicologia. São Paulo: USP, 1990.
- Demazière, Didier. *Sociologie du chômage*. 1.ed. Paris: La Découverte, 1995a.
- _____. *Le chômage de longue durée*. 1.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1995b.
- Guilleuse, Mariá. *O mal estar-no mundo corporativo*. São Paulo: Editora Gente, 2009.
- Guimarães, Nadya Araújo. Por uma sociologia do desemprego. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.17, n.50, out.2002.
- ____ e Hirata, Helena. *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. 1.ed. São Paulo: Ed.34, 2004.
- _____. Transições ocupacionais e representações sobre a procura de trabalho: comparando mercados de trabalho sob distintos regimes de welfare (São Paulo, Paris e Tóquio). In: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya.transicoes.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2009.
- Goulart, Patrícia Martins. Sem medo do desemprego: o caso do movimento dos trabalhadores desempregados. *Psicologia e sociedade*, vol.1, n.1, pp.137-160, jan.-jul. 2003.
- Honneth, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática atual dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- Hirata, Helena; Humphrey, John. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operários e operárias industriais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.11, vol.4, out.1989.

- Jardim, Fabiana. *Entre desalento e invenção: experiências de desemprego e desenraizamento m São Paulo*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.
- Karz, Saul. L'exclusion: faux concept, vrai problème. In: KARSZ, S.(dir.), *L'exclusion, finir pour en finir*. 2.ed. Paris: Dunod, 2000. Pp.99-168.
- Leite, Marcia de Paula. O trabalho no Brasil dos anos 2000 : duas faces de um mesmo processo. Texto apresentado em Encontro da ABET, dez.2009.
- Martins, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Paugam, Serge. *La disqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*. 3.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- Pereira, Nancy Cardoso. O que transforma o mundo é a necessidade: educação e trabalho no MTD. Porto Alegre, mimeo. 2007.
- Pignoni, Maria-Teresa. Desemprego e mobilização de desempregados a França e na Itália. In: Guimarães, Nadya Araujo; Hirata, Helena (orgs.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. 1.ed. São Paulo: Editora Senac, 2006. Pp.271-303.
- Santos, João Bosco Feitosa dos. *O avesso da maldição do gênesis: a saga de quem não tem trabalho*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.
- Schnapper, Dominique. *L'épreuve du chômage*. 5.ed. Paris: Gallimard, 1994.
- Segnini, Liliana R.P. Vivências de mulheres em situação de desemprego. São Paulo em Perspectiva, vol.20,n.4, pp.58-72, out.-dez.2006.
- Silva, Marineide Maria. *O mosaico do desemprego*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas, Unicamp, 2009.
- Soulet, Marc-Henry. Penser l'exclusion aujourd'hui : non-intégration ou desintégration?. In : Soulet, M-H. (dir.). *De la-non-intégration: essais de définition théorique d'un problème social contemporain*. Fribourg (Suisse): Éditions Universitaires Fribourg Suisse, 1994. Pp.1-9.
- Thompson, Edward P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

Entre dificuldades e superações: pensando a luta coletiva de trabalhadores desempregados a partir de um movimento social

Giuliana Franco Leal¹¹

Resumo:

Este artigo traz uma análise de dificuldades e potencialidades para a atuação de um movimento de trabalhadores em situação de desemprego e trabalho precário, a partir de uma pesquisa qualitativa com o Movimento de Trabalhadores Desempregados do Rio Grande do Sul, levando em conta o contexto histórico de sua formação e desenvolvimento, as motivações de seus militantes e de sua base, as características das pessoas que o compõem, os problemas encontrados, os modos como estes são encarados e, por vezes, superados, suas conquistas e transformações.

Palavras-chave: trabalho; desemprego; trabalhadores desempregados; luta de classes; movimento social.

Introdução

Ao se analisar dificuldades e potencialidades para a atuação de um movimento de trabalhadores desempregados, pode-se olhar a questão a partir de várias perspectivas. Uma das formas de avançar nessa problematização consiste em analisar as dificuldades e os avanços reais de um movimento em luta. Esta é a proposta do presente artigo.

As considerações aqui apresentadas foram elaboradas a partir de uma pesquisa qualitativa junto ao Movimento de Trabalhadores Desempregados do Rio Grande do Sul (MTD-RS, como chamaremos de agora em diante). Este movimento vem construindo uma entre as muitas possíveis lutas coletivas de trabalhadores desempregados, com opções específicas de reivindicações e com participantes com um perfil peculiar – que examinaremos ao longo do artigo. Não cabe, portanto, generalizar conclusões sobre este movimento para o conjunto das

¹¹ Socióloga; pós-doutoranda na Faculdade de Educação da Unicamp.

lutas potenciais de todos os trabalhadores desempregados. Mas trata-se de um bom ponto de partida para pensar a potencialidade dessa luta.

O MTD tem se organizado em vários estados brasileiros, como Bahia, Rio de Janeiro e, mais recentemente, São Paulo. O movimento recebeu o foco principal das atenções em sua organização no estado do Rio Grande do Sul por ser neste estado que o movimento teve início, e também por ter conseguido ali um reconhecimento de suas propostas, o qual desembocou em conquistas concretas como as frentes de trabalho e os assentamentos rururbanos (embora não tenha sido o único estado onde isso aconteceu), tendo hoje cerca de 1200 militantes, segundo um membro da direção do movimento.

A pesquisa contou com dez entrevistas semi-estruturadas com militantes do MTD-RS, que ocupam as coordenações de núcleos (os quais consistem nos agrupamentos do movimento por bairros), coordenações municipais ou estadual, além de várias conversas informais com membros do movimento, sejam considerados militantes ou parte da base. As conversas e entrevistas foram realizadas com hora marcada ou em ocasiões como almoços informais ou de encerramento de um encontro do movimento, antes e depois de reuniões dos núcleos, em reuniões sobre a pesquisa em andamento. Além disso, foi possível observar e participar de uma reunião de núcleo e de uma mística de encerramento de dois eventos: um encontro estadual da juventude do movimento e um seminário sobre hortas e alimentação.

Entende-se que a compreensão das dificuldades que o movimento encontrou e encontra, no momento de sua formação e na renovação de si e de sua luta, assim como a compreensão das suas potencialidades, exige o conhecimento e a reflexão sobre a sua história, desde sua formação até os dias atuais: em que contexto histórico se construiu e com quais motivações de seus militantes e de sua base, quais são as características das pessoas que o compõem, quais problemas encontram, como os superaram, quais são suas conquistas, como estas são interpretadas, quais os embates internos, como as reivindicações se transformam ao longo de todo esse processo. Foi sobre esses temas que as entrevistas versaram. À análise das falas dos membros do MTD, juntamos interpretações de dados conjunturais e de outras análises sobre o tema.

A formação do MTD no Rio Grande do Sul

Na década de 1990, o Brasil enfrentava altos índices de desemprego, trabalho informal e formas precárias de inserção laboral, em praticamente todos os segmentos. Segundo Leite (2009), trata-se de um processo de desestruturação do mercado de trabalho, que perpassou vários setores de atividade econômica, revitalizando antigas formas precárias de inserção no mercado de trabalho. Esse processo de diminuição do trabalho assalariado formal tinha esse iniciado com a crise econômica dos anos 1980 e acentuou-se, na década seguinte, em virtude da abertura da economia, dos cortes dos gastos sociais pelo Estado e do processo de reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho, somados às baixas taxas de crescimento econômico.

A esquerda brasileira encontrava-se, naquele momento, em um momento de crise. No fim dos anos 1970 e início dos 80, o sindicalismo ganhara novos ares, mais combativos, formara-se o Partido dos Trabalhadores (PT) como um partido de agregação da esquerda, e movimentos sociais fortaleceram-se em lutas por melhores condições de vida e pela democratização da sociedade brasileira. Mas na década de 1990, como comenta Ferraz (2010), o sindicalismo encontrava-se na defensiva frente aos avanços da reestruturação produtiva, e o PT se burocratizava.

Foi nessas circunstâncias que um movimento de trabalhadores desempregados começou a ser gestado a partir de um projeto de pessoas que militavam em outros espaços, como a Pastoral Operária da Igreja Católica, sindicatos e movimentos sociais de luta por moradia e por terra. A Consulta Popular, como um espaço de articulação de militantes de vários movimentos sociais, teve um importante papel na origem do MTD.

Nas entrevistas com militantes atuantes desde a formação do movimento, fica claro que a sua opção por se reunir em torno da luta pelo trabalho não vem da sua própria condição no mercado de trabalho, pois boa parte deles sequer era ou se considerava como desempregados. A motivação central era a luta por justiça social. Nesse embate, o trabalho parecia ser uma questão essencial por estar no centro da luta de classes, além de ser um fator tão presente na vida da imensa maioria das pessoas e que se presta, em suas várias faces e tensões, a mobilizações continuamente renovadas. Por fim, naquele momento de alto índice de desemprego, parecia necessária uma luta para assegurar uma vida mais digna aos trabalhadores que perdiam seus

empregos ou, já desempregados, não viam uma solução para os seus problemas. É o que mostram os trechos de depoimentos de dois militantes que participam do movimento desde sua formação.

Então, eu acho que a questão do movimento, ela começa nessa década de 90, especialmente depois de 95, onde questões do desemprego estão muito altas realmente. E aí alguns setores, como por exemplo o setor sindical, algumas categorias começaram a se preocupar com a questão do desemprego, eu diria por causa volume elevado de desempregados que tinha em sua categoria. (...) Então outro setor, que era das pastorais sociais da igreja, pastoral operária, ela historicamente vinha trabalhando na questão da formação sindical, na questão da luta sindical, e naquele período havia em vários lugares vários grupos de pastoral operária que estavam também dizendo que a nova fase era trabalhar com os desempregados. E por outro lado, a gente tinha uma questão de companheiros que vinham da luta pela moradia e essa luta pela moradia, nela se tinha uma análise de que ela se esgotava muito rápido, no sentido da capacidade de mobilizar, simplesmente a pessoa, depois que ela conquistou teto, ela de novo parava de se mobilizar. Nesse sentido, a compreensão do trabalho, ele seria uma necessidade permanente de mobilização. Porque não basta conquistar um assentamento rururbano, porque depois da conquista vem toda a organização do trabalho, e o trabalho seria algo que é central pra vida das pessoas sempre. Então foi um conjunto de motivações. É claro que esse conjunto de motivações, elas se encontram no espaço da Consulta Popular. (...) Ali foi meio que o espaço definidor da questão da necessidade do movimento dos desempregados. Aí eu acho que pra você que se pergunta, e pra nós também, o que faz a organização do movimento, o que faz as pessoas se organizarem, veja bem que em nossa raiz histórica, quem se propõe a organizar o movimento é um conjunto de militantes que tem outras origens e que se resolvem, vão se juntando. Então, claro que, entre esses militantes, tinha desempregados, mas desempregados que já militavam no movimento sindical.

Quando nós pensamos em organizar o movimento dos trabalhadores desempregados, nós iniciamos o processo de pensar ele em 97. (...) O grupo que inicia é um grupo que ninguém era desempregado. Quem começa a pensar os desempregados não eram os desempregados em si. Éramos um grupo que vínhamos de experiências de trabalho na cidade, tanto ligado à pastoral operária, como ligados aos sindicatos, como ligados à moradia. E a análise que nós fazíamos na época é que a esquerda vinha enfraquecendo na sua estratégia de luta de classes, de mobilização social. Portanto o PT já na época, já se apresentava como uma ferramenta que não acumularia enquanto instrumento de transformação. E o grupo começa a pensar e perceber que o processo de moradia, ele agregava quem nas lutas de moradia? As pessoas que minimamente tinham um trabalho, que lutavam pela moradia, e que havia um limite no avanço da organização no movimento de moradia, que à medida que tu conquistava teto, que tu conquistava casa, que tu conquistava luz, enfraquecia a luta na

continuidade. Então nós nascemos justamente com o desafio de construir uma ferramenta pra trabalhar com esse povo que era desempregado.

Como mostram os depoimentos, o Movimento de Trabalhadores Desempregados formou-se no Rio Grande do Sul tendo, como seus construtores, pessoas que tinham uma experiência prévia de militância por meio de outros movimentos sociais ou sindicais e pastorais da igreja, e que carregavam um ideário de esquerda de luta por justiça social. Muitos são os casos de pessoas que deixaram para trás empregos, possibilidades e estilos de vida de classe média, para dedicar-se integralmente à militância, acampando, mudando para bairros mais periféricos, vivendo em assentamentos, mais tarde.

A luta do movimento não seria, a princípio, por emprego, mas por um trabalho não explorado nem alienado, ou seja, alternativas de trabalho emancipado, dentro de uma tendência socialista que nega o trabalho como mercadoria. Assim, duas propostas principais atravessam a história do MTD-RS: a formação de grupos de produção autogestionários – cujos delineamentos vão se aprimorando das proposições iniciais de programas coletivos de trabalho até o projeto mais recente de pontos populares de trabalho¹² – e os assentamentos rururbanos, nos quais se unem espaço para moradia, para produção agropecuária familiar e para produção (agrícola ou não) para o mercado, em localização urbana. Além dessas propostas, cestas básicas ou frentes de trabalho emergenciais são reivindicadas para satisfazer necessidades emergenciais.

Enquanto os primeiros militantes, e vários outros que se juntaram depois, viam no movimento a possibilidade de continuação de uma militância voltada para a luta por um ideal de trabalho emancipado, a base do movimento vinha de uma outra realidade: em sua maioria, se compunha – e continua a se compor, cada vez mais – por pessoas que nunca tiveram experiências de trabalho formal ou que tiveram pouca experiência nesse sentido e que viam no movimento uma possibilidade de conseguir um meio, via trabalho e conquista de direitos, para sobreviver ou viver melhor, mas que não necessariamente partilhavam de uma visão de mundo socialista ou tinham um histórico de militância partidária, sindical ou em movimentos sociais.

¹² Os programas coletivos de trabalho visavam criar grupos de trabalho e produção, contando com uma bolsa-auxílio para a formação destes. Os pontos populares de trabalho representaram um aperfeiçoamento do projeto inicial, incluindo aquisição de equipamentos e materiais de trabalho, espaços para as atividades, e dando ênfase ao seu caráter político-pedagógico, com um programa educacional que tem em seu eixo a gestão (administração, contabilidade, relações políticas e humanas etc.), a produção (com questões técnicas e de qualidade do produto) e o social (trabalhando mas como a constituição histórico-social do povo brasileiro e as lutas sociais) (Ferraz, 2010).

Quando perguntadas sobre os motivos pelos quais entraram no movimento, várias mulheres que constituíram sua base – estando ou não como coordenadoras de núcleo, e que não fizeram parte daquela articulação prévia ao movimento, mas se juntaram a ele a partir de suas experiências de vida nos bairros onde moram – responderam que iniciaram sua participação como uma tentativa a mais para melhorar suas condições de vida. Isso se vê, por exemplo, nos depoimentos abaixo, de duas coordenadoras de núcleos de bairros:

Eu estava desempregada tinha um bom tempo, não tinha estudo que eles [possíveis empregadores] pediam, meu marido estava desempregado, eu tinha que fazer alguma coisa e buscar meus direitos.

Estava parada há muito tempo e precisava de dinheiro, então comecei a participar. Agora eu estou trabalhando [informalmente] mas eu continuo porque a sacola [cesta básica] ajuda e eu gosto das ações.

A base do movimento, segundo estudo de Rita Machado (2009) sobre os sujeitos que a compõem no assentamento rururbano de Gravataí (RS), é formada majoritariamente por pessoas que estão recorrentemente fora do mercado de trabalho formal, em situações de pauperismo e precariedade, com baixa escolarização e qualificação profissional.

Em todos os núcleos e assentamentos visitados na pesquisa de campo que desembocou no presente artigo (o assentamento rururbano e um núcleo de base de Gravataí, o assentamento de Eldorado do Sul e o núcleo de base de Ilha das Flores), os coordenadores confirmaram este perfil para o conjunto do movimento no estado do Rio Grande do Sul, bem como a composição majoritária por mulheres e jovens (com exceção de Bagé, onde há mais homens).

Pensando nas implicações dessa composição do movimento para seus avanços e suas dificuldades, um ponto, assinalado por uma militante presente no movimento desde seu início, consiste em que, entre os trabalhadores que passaram toda a sua vida se virando entre formas precárias de sobrevivência, não existe a mesma disciplina do trabalho que entre aqueles que já vêm de experiências mais constantes e organizadas de trabalho.

Então desde o início, eu diria que 90% das pessoas com que nós articulamos, desde quando nós fizemos a primeira ocupação urbana, que foi em Gravataí., o perfil das pessoas, 90% não era de pessoas que vinham da disciplina do trabalho, da disciplina do trabalho na fábrica, mas pessoas desenraizadas, pessoas deslocadas, pessoas até que fizeram tudo pra sobreviver, pra manter a sobrevivência. Então este é o perfil desde o começo. (...) Eu lembro que a gente conversava que nós vínhamos de um processo de desemprego muito grande e que havia um objetivo de trabalhar justamente com aqueles que vinham do processo, que seria diferente. No entanto, quando a gente vai pro trabalho de base, quem a gente agrega, na proposta que a

gente tinha, não era quem saiu da fábrica há seis meses, há três meses, há um ano, mas quem se agregava à gente eram esses que estavam há muito tempo alijados do processo. (...) Então nós vamos nos dando conta que as pessoas que sempre resolveram o seu problema de vida individualmente, da forma que dava, inclusive se fosse necessário passar alguém pra trás, passando pra trás, não têm uma mudança mágica. O fato de tu sair desse teu ambiente e vir pra um espaço, pra um território, digamos assim sem influências externas, entre aspas, de uma organização totalmente coletiva, que as pessoas [não] se transformam magicamente, as pessoas continuam sendo elas. Quem vai fazer a transformação é um longo processo de educação. (...) Digamos que há dez anos atrás, achávamos: daqui a três ou quatro anos, serão milhares organizados, os trabalhadores virão, nós faremos ocupações de mil, duas mil pessoas, nesse processo, nós teremos militantes, outros se agregarão. Essa era a ilusão inicial, e não só ilusão, mas era o desejo. E agora, nos processos, vamos percebendo que não fazemos a revolução só com a vontade. Tem condições objetivas, tem tudo isso. Mas já no início, eu acredito que nós no primeiro ano já nos demos conta de que as pessoas que se agregavam no movimento eram pessoas desumanizadas, coisificadas, alijadas do trabalho, sem essa disciplina, portanto a organização era muito mais difícil. A compreensão do que é coletivo e do que é público é uma compreensão muito rasa: “se isso aqui é coletivo, é meu, então eu faço o que eu quiser com isso, inclusive eu posso destruir”. Então esse processo de [que] não, o que é coletivo, todo mundo tem que cuidar, todos temos direitos e deveres – isso tudo é uma construção muito difícil. (Militante do MTD)

Além disso, quando o movimento é visto como uma opção possível num momento de dificuldades para encontrar trabalho, mas não como parte de uma escolha de participar de uma transformação das próprias condições e das relações de trabalho em geral para além da exploração e da alienação do trabalho assalariado, isso coloca obstáculos à continuidade da participação desse trabalhador no movimento em várias situações.

Um dos motivos de desistência de participar do movimento é o fato de se conseguir um emprego formal ou um outro tipo de trabalho. Um dos coordenadores entrevistados considera que a maioria das pessoas que entra no movimento, pelas suas características (de baixa qualificação, longa duração do desemprego, sexo, idade e raça comumente discriminados no mercado de trabalho), não têm muita esperança de conseguir um trabalho formal. Contudo, segundo outra militante, aparece nas conversas com as pessoas da base o seu desejo de “ter carteira assinada”:

As pessoas se afastam, 90% quando elas conseguem um trabalho fixo, com carteira assinada, que essa é uma coisa que as pessoas lutam muito. Inclusive eu achei interessante quando eu fiz uma dinâmica, uns dois meses atrás, numa formação, com todo o coletivo, toda a base de Pelotas. E a gente partiu do sonho: qual é o seu sonho? A gente estava trabalhando com a história, a minha história, a história do movimento e

a história das mulheres. Tem toda uma questão de formação, lá dentro, forte. A gente está fazendo várias práticas nesse sentido, estudando isso, qual é a perspectiva da história das mulheres, como vão se constituindo os femininos nas lutas mesmos, nos processos das mulheres mesmo nas lutas. E a grande maioria, primeiro o trabalho, que esse é o sonho: o trabalho. Aí eu: tá, mas o que é esse trabalho? E a grande maioria: é ter carteira assinada, ter os direitos garantidos, chegar e saber que eu vou ter uma aposentadoria, chegar e saber que eu tenho um auxílio-desemprego, foram falando várias coisas assim.

No caso das pessoas que têm como meta conseguir um emprego formal e veem nas propostas do movimento uma segunda opção de sobrevivência, o que pode ser uma questão central, para além da saída do MTD em caso de alcançar o trabalho desejado, é a falta de identidade com o movimento, suas propostas e seus objetivos. Esta questão também está posta em outras situações como, por exemplo, quando o objetivo imediato de sujeitos que acampam para conseguir um lote em um assentamento rururbano é somente um espaço para moradia, mas não o tipo de trabalho proposto pelo movimento.

- Mas quando é assentamento, não acaba a família inteira se envolvendo?
(pesquisadora)

- Também, mas nem sempre. Não é. Depende. Tem lugares que não é todo mundo, é só a mulher, só os jovens mais envolvidos que a família. Não é porque está no assentamento que todo mundo é do MTD, tipo assim, enquanto identidade. As pessoas vieram, se assentaram, até são, mas tem uns que afluam mais, “eu sou do MTD, vou lá”. E outros, não, “eu sou, mas... eu moro no assentamento e tal, mas...”, não sei explicar, não tem um pertencimento tão... São do movimento, valorizaram que foi uma luta e tal, mas (...) cumpriu a função [para] que foi acampar, por exemplo. E tem pessoas que não percebem que tem outras coisas, que a luta é permanente, que aquilo foi só *uma* conquista, é um processo. (Militante do MTD)

As diferenças de objetivos se estabelecem sobre a base das diferenças de concepções de mundo, na constatação de outra militante:

A maioria das pessoas com quem nós trabalhamos são pessoas que vêm de um processo de desumanização, de coisificação há muito tempo. Portanto, os valores que vão assumindo são outros valores para a sobrevivência. Não é o trabalho que dita a norma, não é o trabalho que organiza a vida. Mas é muito trabalho, ao mesmo tempo. E a concepção que a gente tem de trabalho, a concepção ontológica do trabalho não é a mesma do desempregado. O trabalhador desempregado, não é o mesmo jeito de entender o trabalho. Eu tenho uma experiência que na minha vida que ficou muito forte, trabalhando no trabalho de base num bairro de Caxias, num valão assim. Ficamos conversando sobre diversas questões e aí uma mulher disse assim pra nós: “por exemplo, se nós deixarmos um chinelo do lado de fora do barraco, alguém passa e pega; isso não necessariamente é roubo”. E aí eu fiquei pensando: caramba, mas na nossa concepção isso é roubo. (...) E aí eu lembro que

essa reflexão voltou porque quando eu voltei de um trabalho de base no acampamento, exatamente tinha acontecido isso. Eu deixava o meu chinelo, bem chique, um chinelo do lado de fora do barraco e um chinelo do lado de dentro. Entraram e quando eu voltava, meu chinelo do lado de fora já não estava mais. E eu lembrei daquela mulher lá de Caxias. Se tu tem um chinelo do lado de fora, tu não tá usando, tu não precisa dele. Não necessariamente quem pegou, roubou. Claro que aí entra um limite dos valores, (...) então eu acho que a organização da periferia, ela é bastante complexa, eu acredito que o avanço do processo da classe trabalhadora, nós vamos conseguir avançar se a gente acumular mesmo. Essa talvez seja o momento do MTD descobrir uma forma de fato de organizar os trabalhadores e conseguir qual é a função desse trabalhador desumanizado, coisificado, sem a referência do trabalho da forma que a gente vive o trabalho. (Militante do MTD)

Divergências nas formas de pensar existem em qualquer agrupamento humano. Mas quando as concepções e os objetivos das pessoas que compõem a base e das pessoas que participam da direção do movimento social ficam muito distanciadas, evidenciam-se problemas de identidade no seu interior.

As “fortes tensões de distanciamentos entre sujeitos da base, os educadores(as) e a direção” expressam-se, na fala de pessoas que formam a base do MTD, no tratamento dos espaços coletivos sob o pronome “eles”, como percebeu Machado (2009, p.114). São alguns exemplos as frases de pessoas da base sobre o movimento, reunidos pela autora: “eu até participo da luta *deles*” ou “eu até ajudo os guris lá no casarão¹³”; ou ainda: “Entrevistadora: O que o senhor acha que é o movimento? Entrevistado: Eu penso que *eles* querem ajudar as pessoas que não tem, assim que nem eu, né?” (grifos nossos).

Tais contrastes entre direção e base refletem-se em práticas cotidianas do movimento. É o caso da organização de vários grupos de produção planejados para ter por base o trabalho coletivo, os quais enfrentam sérias resistências dos trabalhadores.

Quando fala em coletivo, as pessoas assustam (Militante).

Era um grupo inicial ainda. Era um grupo de mulheres que produziam em duas linhas, eram roupas pras crianças e toalhas, produziam, bordavam. Era um grupo que tinha muita habilidade, não foi por falta de habilidade que acabou. Na minha avaliação, o grupo não dá conta porque a gente não conseguiu fazer um acompanhamento suficiente pra resolver as questões de relação e aí termina o grupo. Então a gente teve essas duas experiências, do tijolo que deu problema e não teve continuidade e desse grupo. E teve um outro grupo que se organizou pra produzir fraldas, e aí teve um problema também, não só a relação como a própria comercialização, de não ter feito uma análise suficiente de toda a cadeia desde a produção até a comercialização, e isso

¹³ O casarão é o espaço de formação e reuniões do MTD-RS, localizado no assentamento de Gravataí.

permanece ainda no movimento, o problema da comercialização. Certos produtos orgânicos que a gente produz, a gente ainda não tem resolvido esse problema. Então nós vamos nos dando conta que as pessoas que sempre resolveram o seu problema de vida individualmente, da forma que dava, inclusive se fosse necessário passar alguém pra trás, passando pra trás, não têm uma mudança mágica. (...) Quem vai fazer a transformação é um longo processo de educação. Então nós vamos nos dando conta que a gente nasce com um idealismo muito grande, muito idealistas no processo e isso atrapalha porque nós não conseguimos, os recursos humanos muito poucos, sempre foram, e transformar uma pessoa em militante... E o movimento da consciência, ele é um movimento processual, de educação constante, e bastante lento (Militante).

Esta não é uma questão que diz respeito apenas ao MTD. Outras experiências de cooperativismo, por exemplo em assentamentos rurais ou em projetos urbanos de economia solidária¹⁴, ressentem-se de dificuldades semelhantes. Elas refletem uma onda geral de individualismo presente nas sociedades modernas, como percebeu uma militante do MTD:

Nós temos áreas coletivas e temos as áreas individuais das pessoas. O que mais funciona aqui é um tipo de associação, tipo associação de mútua ajuda. Tipo, agora o vizinho aqui vai fazer uma lavoura de pepino, então ele, mais o filho, mais o vizinho, mais não sei quem, faz aquela pegada lá, depois ele se junta com o vizinho pra colher batata, pra arrancar mandioca, pra fazer a coisa do outro. Por afinidade, que tem gente, como tudo nesse mundo, que não se cruza, e tem outros que se entendem bem. A gente já fez várias experiências, umas até meio forçadas. Então vamos lá, coletivo e não sei o que, só que daí é coletivo, isso aqui tudo é nosso, mas aí eu vou lá, me boto no serviço, trabalho, puxo, e a [outra pessoa] vai lá e fica meia hora escorada na enxada, daí ela arranca um matinho aqui e não sei quê, mas aí no final, na divisão, ela quer ser tratada igual. Aí aquele que se arrebitou não vai aceitar isso. Então o coletivo, obviamente pela iniciativa romântica, nós começamos aqui socialmente, tudo coletivo, tudo lindo, mas esse grau de coletividade, ele não vem, ele não é de lá pra cá, ele é daqui pra lá. Primeiro você tem que entender isso, na tua cabeça isso tem que estar posto, e de tal modo que isso seja tranquilo pra você, não é uma coisa imposta, não é uma coisa tecnicamente comprovada que é melhor, não basta isso, tu também tem que desejar e querer fazer isso. Então também é essa coisa da gente ir aprendendo como os indivíduos funcionam dentro dos coletivos, e essa relação é uma

¹⁴ Dificuldades experimentadas em empreendimentos econômicos que procuram se basear em produção e decisão coletiva, autogestão e participação democrática, são analisados, sob diversos ângulos, em vários textos, tais como: Pires, Aline Suelen. *Autogestão, economia e gênero: as trabalhadoras de cooperativas incubadas da cidade de São Carlos*. Dissertação de mestrado em Sociologia. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009. Vilasboas, Jaqueline Pereira de Oliveira. *Economia solidária, relações de trabalho emergentes e a configuração de novas identidades*. Dissertação de mestrado em Sociologia. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2010. Bergamasco, Sônia Maria P.P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização". In: MEDEIROS, L. et alii, *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista. Pp.225-235. Cazzela, Ademir Antonio (1992). *Assentamentos rurais e cooperação agrícola: o caso do assentamento 30 de outubro*. Rio de Janeiro, UFRRJ. Dissertação de mestrado. Zimmermann, Neusa de Castro (1994), Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS et alii, op. cit. Pp. 205-224.

relação que tem que ser construída por afinidade, por respeito. Nem todo mundo tem que fazer todas as coisas. Tem algumas pessoas que são melhor com umas coisas e menos outras. Então isso de que todo mundo tem que fazer tudo, não rola também, porque é uma forçação de barra. Enfim, muitos aprendizados nesse sentido das relações humanas, do qual é o tanto que tu pode fazer, que tu tem condição, que tu tá podendo fazer agora. E aí vai. E aí isso é muito respeito. E nós, de modo geral, a sociedade está noutra, noutra história, que não é essa de se respeitar, não é essa de se entender. É essa de “ou tu anda ou sai do caminho”. E isso vem junto, nós não estamos aqui numa ilha isolada do resto das coisas, a gente está no meio dessa sociedade, está sendo influenciados também por isso.

Além das dificuldades com a produção, outros problemas vão surgindo, em alguns núcleos e assentamentos, em parte pela falta de identidade de uma parcela da base com o movimento. É o caso de ofertas de venda e aluguel de lotes do assentamento e de apoio de moradores do assentamento, em troca de vantagens materiais, a ocupações de áreas de produção por pessoas de fora.

Esse tipo de problema, relativo às ocupações, ocorrido em Gravataí, pode estar ligado, como afirmam alguns militantes, a dificuldades de estabelecer uma liderança efetiva. Para nossos propósitos, o que interessa é pensar essa questão pelo ângulo das relações que se estabelecem entre os membros do movimento a partir das tensões de suas visões e propostas.

Pelo que pudemos ver, muitas pessoas aproximam-se do movimento, não porque comunguem, a princípio, com seus ideais de trabalho emancipado, os quais talvez nem estejam em seus pensamentos e preocupações. Muitas pessoas aceitam fazer parte do movimento porque querem resolver seu problema concreto, importante e urgente, que é a falta de um trabalho remunerado que lhes garanta a satisfação de necessidades. Por ser uma oportunidade de vir a trabalhar, e não necessariamente por ser uma proposta de trabalho diferenciada, é que muitas pessoas aceitam essa opção. Muitas vezes, elas precisam das cestas básicas, que conseguem a partir das reivindicações do movimento. Sem terem necessariamente identidade com o movimento e uma consciência transformadora, elas aceitam participar das reuniões e ações, mas por um mecanismo que cai no risco de assumir, aos seus próprios olhos, uma forma clientelista, quando as pessoas veem nessa participação apenas uma troca que lhes dá a chance de suprir necessidades imediatas.

Está dado aí um enorme desafio para o movimento. Em que medida o trabalhador que adere ao movimento por causa da cesta básica a que pode fazer juz não está se inserindo em uma nova relação de subordinação? Uma resposta a isso está no caráter educativo, de formação de

consciência que se processa ao longo das reuniões e formações dos núcleos: as pessoas não têm uma consciência “pronta” para todo o sempre, mas uma consciência que se transforma no processo de luta. Ao se transformar por meio desse processo, as pessoas podem criar uma identidade nova pela sua participação. Mas supondo que esse processo não atinja a todos igualmente e que haja pessoas – como de fato há evidências – que permaneçam no movimento pelos seus objetivos práticos, mas não pela identificação com o mesmo, resta a questão: em que medida o movimento se encontra cindido em sua identidade e em que medida isso é prejudicial não só à reprodução do movimento mas também ao seu caráter transformador? Em que medida não só as pessoas que participam da base do movimento devem se transformar pela educação, mas o próprio processo de interação educativa pode mudar as características da direção do movimento?

Conquistas, obstáculos e avanços nas relações de trabalho e produção

Uma vez que o movimento se forma, se une e cria suas reivindicações e propostas, vários fatores dificultam a execução das mesmas, e dentro dele, criam-se formas de lidar com esses problemas.

Não é fácil, para trabalhadores com pouca ou nenhuma experiência de autogestão e com baixa escolaridade, efetuar planejamento administrativo, necessário ao sucesso dos empreendimentos. Afinal, os grupos de trabalho têm que produzir a preços competitivos (comparados inclusive a grandes empresas, com as quais concorrem), lidando com questões como análise de mercado, linhas de financiamento e certificação para certos ramos de produção. Por falta dessa análise da cadeia de comercialização, grupos de produção tiveram dificuldades que contribuíram para seu fracasso, como aconteceu em Belo Monte com o coletivo de trabalhadores que produzia fraldas. Além desse problema, a produção de alimentos orgânicos – interessante para o movimento por unir a necessidade do trabalho útil em área rural à proposta de uma alimentação saudável - enfrenta dificuldades específicas, como conta uma das militantes:

Militante – Agora, nos últimos anos, nos últimos dois, três anos, muito mais forte, porque agora isso está vindo pra dentro dos movimentos, não é só pra dentro do MTD, mas é geral, pra dentro dos movimentos camponeses: ou vocês vão se modernizar, ou vocês vão se integrar, ou vocês vão ter sistemas produtivos equalizados com esse mundo ou você está fora, você está fora. E o estar fora é um processo violento, de criminalização. Tu pode ter uma produção aqui orgânica, mas se tu não for certificada,

se ela não for legalizada, ela pode ser presa, porque tu estás fazendo propaganda enganosa. Ou então tu vais vender como convencional, então tu vais ter todo um trabalho, todo um esforço, toda uma energia, todo um estudo, que tu faz um produto ecologicamente correto e como tu não tem comprovação, tu não está legalizado, pra tu vender lá na feira é convencional. E aí, dá desânimo. Tem um tomate aqui orgânico que vale na feira lá 5 reais e tu vais vender ali por 1,50.

Pesquisadora – É complicado certificar?

Militante – Complexíssimo. No Brasil, tem uma empresa que certifica, privada, caríssima. Tu tem que ter um saco de dinheiro pra fazer isso, ou então tu tem que fazer todo um processo, que é o que nós estamos tentando fazer, de certificação legalizada e tal, mas que tenha paciência, tenha muita calma (...). Isso na área vegetal, que é a mais simples. Se a gente inventar uma agroindústria aqui de produtos de queijo, aí tu tem que ter uma sala com azulejos, com isso, com aquilo, com mais aquilo, com licença, com o dejetos que tirou aqui tem que sair corretamente lá na natureza. Ou seja, você não faz isso com pouco dinheiro, com amadorismo, com ajambração. Tu tem que ter grana alta pra isso porque tu está concorrendo com a Perdigão, tu está concorrendo com a Nestlé. Tu não está concorrendo com o seu João ali da esquina. A briga é com esses, esse aqui impôs as regras e ele dá conta, ele tem subsídio, ele tem financiamento, ele vai no BNDES, porque afinal ele tem estofo, ele tem isso e tem aquilo. Tu até pode ir, se tu quiser. Só que daí tu deixa lá tuas calças, a terra, a casa e mais alguma coisa, e se não der certo, o problema é teu, porque tu é incompetente, porque tu não é qualificado.

Lidar com todas essas questões exige aporte financeiro e também preparo intelectual, em que se fazem necessárias algumas noções de gestão de negócios, conhecimentos técnicos para a produção e capacidade de leitura, para lidar com a burocracia envolvida e para compreender as necessidades e estudar as formas de encaminhar resoluções. É difícil para os pequenos produtores, em geral. Mas é especialmente difícil para trabalhadores que vêm de uma realidade de baixa escolarização e pouca qualificação profissional.

É ainda mais complicado pensar uma inserção no mercado, quando a própria dinâmica do movimento, pela natureza de seu caráter e de seus objetivos sociais e políticos, nega a lógica alienante das relações de trabalho, produção e consumo capitalistas. Novamente, nas palavras da militante citada acima:

Então a gente vive justamente um momento muito cruel do sentido das construções e organizações coletivas. Elas estão pesadas, elas são lentas, porque o coletivo é lento. O coletivo requer um processo demorado de diálogo, de construção, de acertos, de combinações. E daí você faz aquela prática e você tem que parar pra avaliar junto e aí é tempo. E isso não combina com a atual organização produtiva do sistema, que é rápido, que é flexível, que é acelerado. Você produz um carro ali em Gravataí na GM e esse carro vem do mundo inteiro, sei lá de quantos lugares, de quantas partes. Isso é muito dinâmico, ninguém para pra reunir pra ver está ok. Aquilo está andando e

aquilo está num processo cada vez mais acelerado, a esteira está passando e o cara que tem que apertar o parafuso tem que estar ali e tem que apertar o parafuso e não interessa se ele entendeu pra que, por quê, não tem nada disso. Então tem toda uma corrente, tem toda uma maré pra um lado, para esse lado de indivíduo, do acelerado, do flexível, do moderno, do dinâmico, tudo isso indo pra um lado e nós, com as nossas experiências, [estamos] numa outra história, que se descolou dessa realidade. E isso tem um peso, tem um ônus, tem um bônus também, que é a gente não virar máquina, não ficar doido, neurótico, consumista compulsivo que vai se acalmar da neurose no shopping center comprando qualquer sorte de badulaque. Mas por outro lado isso nos bota numa sensação de isolamento, de cercamento, tu viras uma coisa meio à parte, seres meio fora.

Essa dificuldade de ter de se inserir, para viver, em relações capitalistas, tendo uma intenção alternativa ao capitalismo, é uma dificuldade de várias iniciativas dentro da economia solidária e de outros movimentos de caráter socialista, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Afinal, não é possível criar uma comunidade isolada do mundo em que se vive. Será possível transformá-lo por meio da economia? Ou conviver com ele sem fazer parte dele?

Teóricos da economia solidária lidaram com esse problema. Paul Singer, estudioso e proponente da economia solidária no Brasil, entendeu-a inicialmente como uma alternativa ao desemprego e, gradativamente, passou a compreendê-la também como um modo de produção diferente do capitalismo e que pode competir com ele (Singer, 1998).

A economia solidária, tal como definida por Singer no artigo “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”, é

um modo de produção alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio de socialização destes meios (do capitalismo)” (Singer, 2003, p.13).

A economia solidária abrange uma série de experiências autogestionárias (como as fábricas recuperadas e grupos de produção), mas tem como unidade típica a cooperativa de produção, na qual seus princípios se fazem presentes: posse coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores que os utilizam, gestão democrática (por participação direta ou representação, dependendo do número de cooperados), repartição da receita líquida e do excedente anual

segundo critérios acertados por todos, cota básica de capital não remunerada para cada cooperado.

A proposta de organização socialista da produção de Singer (2000) tem os seguintes princípios iniciais: gestão democrática (tendo como regra básica: para cada sócio, um voto); abertura para todos que queiram integrá-la, desde que contribuindo para a cota de capital mínimo; limitação da remuneração do capital a uma porcentagem fixa; divisão equitativa dos excedentes; vendas à vista; produtos de qualidade; educação cooperativista para os sócios; neutralidade política e religiosa; possibilidade de federação das empresas autogeridas; ausência de trabalho assalariado; criação de cooperativas de consumidores (para evitar competição entre empresas autogeridas); liberdade de iniciativa para pessoas e grupos com projetos novos; financiamento por bancos públicos de projetos com relevância social. Dessa forma, a economia solidária, aos poucos, passa a ser, no pensamento de Singer, um projeto de transição para a economia socialista, pela transformação revolucionária das relações sociais, a partir de seu modo de organização democrático e igualitário.

Algumas críticas, apresentadas por Castro (2009) em uma dissertação sobre a obra de Paul Singer, são relevantes para a discussão da economia solidária. A primeira diz respeito à convivência entre um modo de produção da economia solidária e do modo de produção capitalista. Este último não dá espaço para que qualquer outro modo de produção coexista e compita com ele; pelo contrário, tende a tomar todos os espaços e até mesmo a incorporar em sua própria dinâmica as formas alternativas de produção, transformando-as para que sirvam ao capitalismo. Castro recorre à argumentação de Turchetto (2005), para mostrar que num modelo de convivência entre diferentes modos de produção, aquele que é dominante adequa para si as relações sociais e decide a posição e a influência dos demais.

No caso dos empreendimentos cooperativistas, é visível que a necessidade de ser produtivo, para competir com grandes empresas capitalistas, faz com que os cooperados tenham que impor um ritmo à produção, o qual, muitas vezes, redunde em auto-exploração. Ou seja, ocorre extensão e/ou intensificação da jornada de trabalho a fim de aumentar a produtividade, com a finalidade de fazer o empreendimento sobreviver num mercado altamente competitivo.

Outra crítica, elaborada por Gaiger (2005), vai no sentido de que a economia solidária não é uma alternativa ao capitalismo. Para este autor, um modo de produção agrega uma totalidade que inclui relações sociais e processo de produção, distribuição, circulação e consumo de bens.

Um modo de produção é capaz de reproduzir historicamente sua realidade. O capitalismo não comporta outros modos de produção, mas formas de produção sociais atípicas. Temos como exemplos as cooperativas que funcionam com propriedade coletiva dos meios de produção mas que negociam sua produção com agentes do modo de produção capitalista; deste modo, elas não têm autonomia, o que revela a incompletude da emancipação do trabalho proposta pela economia solidária. A esses argumentos, Castro (2009) acrescenta ainda que a economia solidária “atua como uma das formas de organização do trabalho diferenciadas que contribuem para a sua reprodução” (p.34), ao se inserirem numa cadeia produtiva. Gaiger (2005) explica a degeneração das cooperativas pela dupla subsunção à economia capitalista: estão sujeitas à lógica utilitarista do capital e estão sujeitas a atender às premissas de produtividade e portanto adotar as bases técnicas do capitalismo. Isso implica em que a economia solidária tem tido que conviver com tensões e conceder em seus princípios.

Conquistas, avanços e obstáculos nas negociações políticas

Outro obstáculo ao movimento de trabalhadores desempregados gaúcho, no campo político, está nas negociações com os governos municipais, estadual e federal. Uma vez que o movimento social tem como uma de suas bases de ação reivindicações ao Estado, as formas como os governos lidam com o movimento afeta muito suas possibilidades de avanço, retrocesso e auto-reinvenção. Ao longo dos dez anos de história do MTD no Rio Grande do Sul, vemos várias tentativas do poder público, em seus vários níveis e esferas, de desmobilizá-lo.

Impedir que o movimento tenha conquistas, ou limitá-las, é a primeira forma de fazer com que muitas pessoas se cansem de lutar no movimento e desistam desse meio para alcançar seus objetivos. Especialmente desde 2007, vários militantes afirmam que não houve novas conquistas e nem mesmo um canal de negociação efetiva com o Estado.

O reconhecimento do movimento como interlocutor do Estado varia segundo o governo. No início do movimento, em 2000, quando o governo do Partido dos Trabalhadores estava no poder no estado do Rio Grande do Sul, a negociação com o MTD era mais fácil e as conquistas ocorreram em maior número. Desta época, datam os primeiros assentamentos e as frentes de

trabalho. Em seguida, com os governos do PMDB e do PSDB¹⁵, respectivamente, as conquistas e até mesmo as negociações rarearam, como veremos.

Mas mesmo com o governo do PT, de Olívio Dutra, houve impedimentos à realização de propostas e reivindicações do movimento. Veja-se o caso dos assentamentos rururbanos. Embora haja assentamentos em várias cidades (como Gravataí, Caxias, Bagé e Eldorado do Sul), um dos militantes garante que apenas um deles – o de Belo Monte, de Eldorado do Sul – se implementou plenamente. O primeiro deles, de Gravataí, que começou em 2000, teve apenas o termo de concessão de terras, sem um plano de assentamento que respaldasse a divisão entre áreas individuais e coletivas e que garantisse recursos para construção, produção e acompanhamento técnico. Iniciado na gestão do PT, substituída por uma gestão do PSDB dois anos depois, o assentamento não teve uma continuidade de investimentos. Se no começo havia um técnico agrícola para acompanhamento dos projetos de produção, este elo dos assentados com o conhecimento técnico se perdeu nas gestões seguintes. É declarado por um militante que mesmo os problemas que o governo deveria resolver quando enviado pelos assentados, como as ocupações irregulares de áreas que deveriam servir à produção coletiva, são ignorados pelos responsáveis, deixando o movimento à mercê de seus atritos.

O próprio projeto de assentamento rururbano não pôde se concretizar em muitas localidades, como Eldorado do Sul e Caxias do Sul. A proposta era que se fizessem assentamentos nas periferias das cidades, com lotes familiares para produção de alimentos para subsistência e áreas para produção coletiva, onde pudessem se formar grupos auto-gestionários, além de se manterem abertas as possibilidades de trabalhos urbanos fora do assentamento. Esse modelo parecia adequado para a maioria de trabalhadores que compunha o movimento, inseridos na realidade urbana.

Contudo, quando os assentamentos, afastados das cidades, ganham um caráter rural, muitos são os prejuízos dos planos iniciais. Trabalhadores urbanos, muitas vezes, pretendem continuar nas cidades, pelos motivos mais variados: têm e pretendem manter inalteradas relações de sociabilidade com outras pessoas da cidade onde moram, veem maior facilidade em conseguir trabalho nas áreas urbanas, o acesso aos serviços – inclusive à escola – é mais fácil na cidade. Este é um dos motivos de desistência de famílias de continuar no assentamento. Até mesmo o

¹⁵ Entre 1999 e 2003, o governador do rio Grande do Sul era Olívio Dutra, do PT. O governador dos quatro anos seguintes foi Germano Rigotto, do PMDB. Sua sucessora foi Yeda Crucius, do PSDB. Seu mandato, iniciado em 2007 foi até 2010, quando foi eleito Tarso Genro, do PT.

transporte público que ligava o assentamento de Belo Monte à área urbana foi retirado, numa mudança de governo, dificultando ainda mais o cotidiano de seus moradores.

Além disso, a distância da cidade torna mais difícil a viabilidade de grupos de produção nesses assentamentos em áreas rurais, principalmente quando não há recurso para apoio à produção, pois os custos de transporte (pedágios e combustível, destacadamente) encarecem o produto final, tornando-o menos competitivo no mercado. Este foi um problema que aconteceu com o grupo de produção de tijolos e cimento do assentamento de Belo Monte, que acabou por se extinguir.

A ausência de recursos para material, acompanhamento técnico e qualificação dos projetos fez-se sentir não apenas dentro dos assentamentos, mas também nos demais grupos de produção. Foi um limite também para as Frentes de Trabalho que se formaram no início da década de 2000: faltava suporte governamental para compra de equipamentos e para um processo de qualificação continuada, desde o início dos projetos.

A existência de menos recursos que o necessário, aliás, é um fator que prejudica não somente a viabilidade dos projetos produtivos, mas também a integração do movimento, ao promover divisões e disputas internas. Por exemplo, no assentamento de Belo Monte, o material para construção de casas se mostrou insuficiente para a construção de todas elas, causando tensão dentro do movimento. Houve ainda uma acusação às lideranças, de má versação dos recursos, que aumentou as desconfianças internas, mas que parece ter sido parcialmente superada quando defendeu-se, na justiça, que tal hipótese não procedia.

Aliás, essa mesma ação governamental de limitar os recursos causou divisão, para além do interior de um só movimento, também entre movimentos que firmavam parcerias na luta. É o que mostra Ferraz (2010), ao narrar a luta que MTD e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis fizeram juntos. Em 2003, ambos se uniram em manifestações públicas para que um percentual da receita do estado fosse repassado aos Programas Coletivos de Trabalho, que fomentavam grupos de produção autogestionários. Reivindicava-se que 2500 famílias integrassem o projeto, mas apenas 576 foram incorporadas. O governo distribuiu os auxílios para o MTD, inicialmente, mas não para o movimento de catadores, o que gerou uma situação difícil entre ambos: o último queria ir para a rua reivindicar o que lhe cabia e pedia apoio para o MTD, mas os integrantes deste temiam corte de seus auxílios e serem mal vistos se fossem para a rua exigir algo que eles próprios já haviam recebido, e por isso se isentaram.

Outro episódio de divisão entre trabalhadores organizados a partir de uma estratégia governamental, este relatado por uma das coordenadoras do MTD, foi o cancelamento da escola que funcionava dentro do assentamento do Belo Monte, com educadores do próprio MTD, e a perda do ano escolar pelas crianças. Militantes interpretam a situação como uma ofensiva do governo para desarticular o movimento. Como várias famílias não interpretaram dessa forma, perderam a confiança na direção do movimento e, ressentidas pelo transtorno que seus filhos passavam na trajetória escolar, retiraram-se do assentamento e do movimento.

Igualmente problemática para a continuidade do movimento é a auto-retirada do governo da negociação com o mesmo, no bojo de uma estratégia mais ampla de transferência de problemas sociais do âmbito da esfera pública sob plena responsabilidade estatal para uma esfera privada, na medida em que o governo transfere responsabilidades sociais a empresas particulares. O depoimento abaixo, de uma militante do MTD, deixa clara essa situação:

Chegou a um ponto tal que nós tivemos que tomar uma decisão. O governo foi muito claro com a gente. Nós reunimos, apresentamos pauta, reapresentamos a pauta, chegou um momento em que eles disseram: “olha, vocês tem que entender o que nós estamos falando; nós estamos falando que esta pauta aqui de vocês de trabalho, de geração de trabalho e renda, nós não vamos atender aqui nem que vocês... porque nós já nos organizamos: quem vai atender essa pauta aqui são as empresas, porque nós criamos uma lei, nós aprovamos uma lei, que é a lei da solidariedade, que as empresas, em vez de pagarem um imposto pro estado, ela debita nas ações que elas fazem um x de imposto, então se você tem pauta, por exemplo, pra atendimento de criança, se vocês querem fazer coisa com criança, projeto pra criança, creche, pra projeto com criança vocês tem que ir lá no Gerdal, é o Gerdal que vai cuidar das crianças no Rio Grande do Sul; esta pauta de geração de trabalho e renda é lá na Coca-Cola, vocês têm que ir lá no Instituto Vonpar da Coca-Cola, falar com o fulano tal lá, que é fulano tal que é o responsável, é ele que vai atender lá, eu ligo pra ele” – é o gestor do Estado (riso) – “eu ligo pro cara, eu faço essa ponte, isso eu posso fazer, mas aqui nós não temos nem orçamento porque o orçamento não vem pra cá mais, fica lá na empresa”. (...) Aí nós tivemos que tomar uma decisão, aí nós voltamos com isso, tu vais seguir batendo aqui? Não tem sentido. Então nós decidimos, nós não vamos na Gerdal, nós não vamos na Coca-Cola. Nós tomamos uma decisão política e estamos pagando o ônus por ela, que é nem um centavo, nem um real, nenhuma conquista, nada. Mas essa é uma decisão que tomamos.

Essa atitude do governo gaúcho, na gestão de Yeda Crusius, não é isolada. Ela reflete uma tendência do atual estágio da modernidade, de tentar transferir as questões sociais para a esfera privada. Como analisado por Bauman (1999), numa sociedade mercantilizada e privatizada como a atual, qualquer questão social é interpretada como questão privada; em suas palavras, “a mais

seminal das privatizações foi a dos problemas humanos e a da responsabilidade por sua solução” (Bauman, 1999, p.276). Num mundo em que a compra de mercadorias torna-se sinal de sucesso individual, a impossibilidade de consumo, sobretudo, não gera indignação nem protesto político, mas culpa, vergonha e apatia. Após a queda do socialismo real na maior parte dos países que o praticava, e da substituição da social-democracia pelos princípios liberais em outros países, a planificação social vem sendo abandonada como meio válido de prática política (Bauman, 1999). As consequências são nefastas para as possibilidades de transformação social pela ação coletiva, caso a sociedade aceite essa forma de tratar as questões sociais.

A resposta do movimento – negar-se a discutir com empresas capitalistas privadas as questões sociais que devem ser resolvidas, em sua opinião, por uma via política que passa pela negociação com o Estado – marcou sua posição em relação ao tema. Ao mesmo tempo, seus coordenadores compreenderam que não conseguiriam avançar em suas conquistas por esta via. A alternativa possível era transferir a interlocução do âmbito estadual para o federal. Contudo, o movimento novamente encontrou descaso ou propostas de trocas clientelistas e eleitoreiras, segundo uma das militantes. Recusando-se a negociar nesses termos, o MTD tinha sua pauta de reivindicações novamente estancada.

Quais as possibilidades, afinal, de negociar com governos que não pretendem abrir canais de diálogo como o movimento ou que apenas o fazem em termos clientelistas? Negando-se a fazer esse tipo de politicagem, o movimento apenas pode ter força se tiver uma ampla base e esta estiver fortalecida e unida em torno dos mesmos objetivos. Para negociar em nível federal, o movimento teria que ter uma representatividade no conjunto do país, ou pelo menos em boa parte dele, o que implica em fazer crescer o movimento no Brasil inteiro. Nesse espírito, houve um encontro nacional de movimentos de trabalhadores desempregados em 2007. Com realidades diferentes e construídos a partir de pontos de vista e trajetórias distintas, os movimentos estaduais não precisam ser homogêneos em tudo, mas necessitam de clareza sobre os objetivos comuns, para conseguir construir uma luta conjunta em âmbito nacional, fortalecendo-se como um interlocutor que o governo não pode ignorar.

Além disso, qualquer que seja o âmbito estatal em que se deem as negociações, o apoio da sociedade é algo essencial para que o movimento tenha respaldo em suas reivindicações. Essa questão é bastante sensível, pois existe uma tendência geral na sociedade brasileira (assim como

nas demais sociedades ocidentais do século XXI) para tratar, como já mencionamos, as questões sociais como problemas a serem resolvidos pelo mercado e pelos indivíduos.

A imprensa contribui de modo peculiar para que essa visão de mundo se alastre e se enraíze nas consciências. Um dos pontos fortes de ataque aos movimentos sociais está em associar a reivindicação à atitude de esperar que o governo dê aquilo que não se conquistou mas que poderia ser alcançado pelo trabalho individual. A pesquisadora Rita Machado (2009), autora de pesquisa sobre o MTD, ao conversar com os moradores dos barracos de madeira situados no entorno do assentamento rururbano de Gravataí, percebeu um preconceito geral contra o MTD, com a constante caracterização de seus membros como vagabundos, baderneiros e pessoas que “querem pegar o que é dos outros”.

Outro ponto importante de ataque aos movimentos sociais está em associá-los à violência. Na pesquisa de campo, revelou-se a presença desse tipo de pensamento nas mentes dos próprios trabalhadores pertencentes ao MTD, em relação a outros movimentos sociais, em especial o MST. Vejamos o depoimento de uma coordenadora de núcleo:

O [militante do MTD] e mais alguém que estava organizando o acampamento foi, convidou minha irmã que morava comigo pra vir acampar. E no começo eu fiquei meio assim, porque pra mim, bandeira vermelha, eu achava que era o MST, e eu tinha muito medo do MST. (...) Porque a gente sempre vê propaganda na televisão que o MST fez isso e fez aquilo. Então eu tinha medo. Eu fiquei uma semana, acho, sem procurar [a irmã], aí ela veio em casa e eu fui atrás dela. Aí eu cheguei aqui, vi o jeito que ela estava, que ela participava. Aí já vim participar.

O medo de entrar em confronto com a polícia também pode se constituir num empecilho à participação no movimento. O depoimento de uma das militantes associa esse medo à subserviência historicamente criada no povo brasileiro. Para além disso, a tendência à auto-preservação, inerente ao ser humano, já engendra o receio do confronto físico.

A repressão policial está presente nas memórias, expressa-se as falas. Esse tema apareceu, de modo muito forte, em uma dinâmica acompanhada, durante a pesquisa de campo, numa reunião do núcleo da Ilha das Flores. Quando perguntadas sobre as coisas das quais tinham medo, uma das senhoras presentes falou que tinha medo da polícia, e várias concordaram. Ela comentou que a família costuma lhe perguntar: “Por que você participa desse movimento? Eles fazem baderna!”. A mesma senhora disse que seu temor aumenta quando o MST está junto com eles em uma manifestação, porque seus integrantes levam facas e foices, instrumentos que a polícia vê como armas e se constituem em mote para o início de “confusões”. Em conversa posterior com a

militante que acompanha esse núcleo, ela comentou como é difícil desconstruir essa idéia, propagada pela mídia, de que os movimentos são baderneiros ou violentos, e que alguns membros do MTD acabam se aceitando como movimento pacífico, mas transferindo o estereótipo de baderneiros para participantes de outros movimentos.

Porém, ao mesmo tempo em que representa um problema para as pessoas participarem das ações, o enfrentamento é um momento marcante da luta, no qual os membros do movimento afirmam, por vezes, sua identidade. Na mesma reunião mencionada acima, a continuação da discussão sobre o medo da polícia desembocou em uma narrativa interessantíssima sobre uma situação de conflito com a polícia pela qual aquelas mulheres passaram alguns anos antes – e que ilustra essa construção do pertencimento ao movimento.

Nesse episódio, houve um protesto contra a falta de providências do poder público ao alagamento da região, somado a outras reivindicações da pauta do MTD. Os manifestantes fecharam a estrada que margeia o bairro. Como contaram as senhoras, a polícia interveio, prendeu um militante numa viatura e ameaçou bater em quatro mulheres. Em resposta à detenção do companheiro, duas delas subiram em uma ambulância e algumas balançaram a viatura, até que o companheiro fosse solto. Uma das moças presentes na reunião contou rindo que foi uma das ameaçadas pela polícia com um cassetete, e como enfrentou os policiais. Essa narrativa foi acompanhada de risos e de comentários das demais mulheres sobre sua participação no episódio.

Na narração dessa história, vemos um orgulho de pertencer ao movimento, uma união entre as pessoas que participam dele e a descoberta da própria coragem por essas mulheres, justamente na situação de enfrentamento. É a consciência se construindo na luta, como observa uma das militantes do movimento:

É a luta que de fato forja o ser na questão de consciência de classe. Não só a luta, mas ela é um elemento central, porque ali tu consegue fazer a leitura da sociedade, na hora do enfrentamento. Então toda aquela formação daquele estudo que tu faz, te afloram mais quando tu vai pro enfrentamento: quem são as forças, o que é a polícia, a violência que está cotidianamente, 24 horas na tua própria casa, aí tu consegue fazer as conexões. Mas não é tão assim, é ideal. Mas pelo menos as pessoas começam a perceber: “ah, porque perseguem o MST; ah, então o MST não é tão ruim assim” Começam a desvelar também quem é quem e também as coisas que a gente às vezes estuda com as pessoas, a gente faz uns cursos de como funciona a sociedade, as estruturas, todo esse processo. Agora, quando tu organiza de fato um processo não só de luta, mas o próprio processo de produção – aqui, por exemplo, pra produzir orgânicos, a gente fez essa discussão, começa a falar com as pessoas, todas as coisas, qualquer coisa que você fizer que não seja da perspectiva dominante.

Talvez seja justamente essa identidade de grupo e aquela coragem de lutar, antes adormecida, porém a florada na coletividade, que fazem com que várias pessoas entrevistadas, inclusive as que não vinham de trajetórias de militância política anteriores ao movimento, digam que gostam de “ir pras lutas” ou que uma das coisas que as motivam a continuar no MTD é o fato de gostarem “das ações”. Nesses momentos, elas se sentem ativas, sujeitos da sua história.

No dia-a-dia das lutas, inclusive as mais cotidianas, a unidade do grupo se forma, quando existem atividades conjuntas. Especialmente nos depoimentos de duas integrantes da base do movimento, quando elas falam sobre o tempo do acampamento, percebe-se um saudosismo, ainda que este período tenha sido marcado por muitas dificuldades e sofrimentos. Essas saudades desse tempo se expressa e se justifica pelo fato de que, naquela situação, “era todo mundo junto”: havia horta comunitária, as pessoas preparavam e faziam junto suas refeições e, quando havia comemorações, todos eram convidados.

Esse achado empírico ilustra uma dinâmica percebida por Axel Honneth (2003): a participação num movimento social pode significar, para os indivíduos, uma maneira de vivenciar experiências de solidariedade e de reconhecimento que não são vividas fora dali. No caso dos trabalhadores desempregados, a luta não é apenas objetiva, por oportunidades de trabalho. Quem participa dessa luta quer ser reconhecido como tendo seu lugar na sociedade, como portador de direitos, como sujeito atuante na luta por seu próprio destino.

Observe-se que não se trata de sujeitos estáticos, mas de sujeitos em transformação. Thompson (1984), ao analisar a formação da classe operária na sociedade inglesa, mostrou que é na luta de classes que se formam as próprias classes e sua consciência. Embora as condições materiais objetivas devam ser consideradas, não existe um projeto de classe previamente demarcado: é na práxis que tal projeto se constrói. Os valores e as ações dos agentes sociais vão se modelando pelas experiências vividas e pelas percepções das mesmas e do mundo em que se vive (Thompson, 1984). Podemos generalizar esse argumento para categorias mais específicas: as identidades coletivas e os projetos se forjam na mesma medida em que se dão sua organização e sua luta coletiva.

Considerações finais

Impor-se como um movimento representativo de um segmento relevante da população e apto a ser um interlocutor do Estado – a quem se dirigem suas reivindicações – é preocupação central para o Movimento de Trabalhadores Desempregados do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, todas as recusas do Estado à negociação representaram golpes para o movimento. O coletivo de trabalhadores também se ressentiu de várias atitudes que lhe foram ofensivas: ausência de institucionalização de assentamentos, concessão de áreas rurais para assentamentos que haviam se projetado para ser rururbanos, fechamento de uma escola dentro de um assentamento, recursos insuficientes que causam divisões internas.

Esses ataques são tão mais graves quanto mais encontrem um movimento sem força interna. A clareza do conjunto dos participantes quanto às razões das situações que atravessam ajuda os grupos a se fortalecer enquanto tais frente a adversidades e a buscar soluções conjuntamente.

Entra aí uma questão essencial para essa coletividade: as motivações para a participação no movimento. Impulsos distintos para essa escolha refletem a diversidade das pessoas, o que é absolutamente normal. Mas as diferenças podem se tornar prejudiciais aos intentos do movimento social caso elas se refiram a uma grande diferença de objetivos. No caso do MTD-RS, percebe-se uma diferença gritante de motivação entre, de um lado, os militantes que dirigem o movimento – que o fazem prioritariamente em nome de uma luta por justiça social, a partir de uma concepção crítica ao capitalismo e às relações de trabalho assalariado que lhe são subjacentes – e, de outro lado, a maior parte da base – que parece ver a luta pela sobrevivência como prioridade e que, tantas vezes, têm como ideal justamente o emprego com carteira assinada, como fonte almejada de inserção social.

Até que ponto essas diferenças são prejudiciais ao movimento? A rotatividade dos participantes, em função da desistência do movimento em favor de outras oportunidades de trabalho, pode fazer apenas com que mudem as pessoas, sem que o movimento se desfaça. Mas a questão central, nesse assunto, talvez seja a que se refere à identidade dos participantes com o movimento e com os seus objetivos. Importantíssimas para o sucesso ou fracasso dos objetivos elencados pela direção do movimento são as diferenças nas concepções de mundo e de trabalho

que existam em relação à sua base (que, por sua vez, também não é homogênea). Dessas divergências, surgem conflitos em torno da organização do trabalho, sendo o trabalho coletivo um ponto de discórdia fundamental.

O lapso entre o que os trabalhadores que entram para o movimento social esperam dele e o que ele oferece pode levar a interpretações distintas dos mesmos eventos. Por exemplo, a necessidade de participar das ações coletivas e das reuniões para ter acesso às cestas básicas conseguidas pelo movimento são encaradas pela direção como um aprendizado de que é por meio da luta coletiva que se conseguem direitos, só tendo acesso a estes aqueles que participaram dos embates; mas a leitura de pessoas da base pode ser a de que a participação nas ações coletivas é uma moeda de troca para as tais cestas, numa relação de trocas de favores. De modo semelhante, regras como o trabalho coletivo, se impostas como condições para participar de certos empreendimentos, podem ser interpretadas como uma exigência da mesma espécie que os mandos patronais numa relação de trabalho remunerado típica da sociedade capitalista, ainda que as razões da direção do movimento sejam opostas.

Em função desse tipo de divergência de avaliação, o MTD investe pesadamente seus esforços na educação. Como em toda ação educativa, é essencial manter a discussão sobre a abertura do diálogo entre todos os agentes que participam dessa relação: em que medida tais ações educativas são promovidas apenas no sentido de educar a base para uma nova forma de ver as relações de trabalho e para as vantagens de um trabalho menos alienado ou explorado, e em que medida se dá no sentido de um diálogo aberto inclusive a repensar os objetivos do movimento a partir dos anseios da base?

A questão da educação é central também em termos técnicos, na medida em que a baixa escolaridade e a falta de formação e experiência em conhecimentos específicos (na produção agrícola, por exemplo) e administrativos é um grande empecilho, juntamente com a escassez de recursos materiais, para a competitividade no mercado, quando se formam os grupos de produção propostos pelo movimento.

Mas quando a produção e a comercialização se estabelecem, coloca-se uma questão básica para todos os coletivos que propõem relações de produção e trabalho alternativas àquelas tipicamente capitalistas: como participar do mercado sem ceder à sua lógica nas relações sociais? Já que a economia de subsistência dificilmente poderia ser o caminho único para a superação da pobreza, que outra possibilidade existe? Essas questões, já muito discutidas pelos agentes sociais

envolvidos com as várias propostas de economia solidária, permanecem em aberto, infiltram-se entre as questões fundamentais para o MTD e abrem espaço a uma provocação: já que mesmo os empreendimentos econômicos baseados no trabalho autogestionário estão submetidos a condicionantes do modo de produção capitalista, estão eles realmente acima, em termos de importância, da luta pelo emprego decente, para aqueles que lutam por princípios alternativos ao capitalismo? Assim, a educação, em termos políticos, tem muito que se beneficiar das discussões que levem em consideração tanto as aspirações da base de curto e médio prazo quanto as aspirações transformadoras que tendem ao longo prazo.

Permeando todas as questões discutidas acima, estão as características das sociedades ocidentais contemporâneas, predominantemente individualistas no tratamento da maior parte das questões, inclusive aquelas relativas às desigualdades sociais, às condições de trabalho e ao desemprego. Entre essas características, destacam-se na criação de preconceitos contra a luta coletiva de trabalhadores desempregados: o estigma de vagabundos para aqueles que se encontram privados de trabalho (mais ainda se ousam assumir tal identidade) e a identificação de movimentos sociais, em geral, como baderneiros e violentos.

Nesse sentido, a ação educativa baseada no diálogo aparece novamente como arma e trunfo de movimentos sociais, populares e democráticos. Um movimento precisa estar internamente fortalecido – pela coesão em relação aos objetivos e pela identidade comum, ainda que a diversidade interna seja necessária e desejável, e por uma articulação em nível nacional – e ter diálogo com a sociedade à sua volta para ter o apoio necessário, inclusive para impor-se como interlocutor mesmo aos governos mais reticentes.

Em que pesem todas as dificuldades, uma luta coletiva de trabalhadores desempregados tem se mostrado possível, pela trajetória desenvolvida em mais de uma década, desde os primeiros esforços pela formação do Movimento de Trabalhadores Desempregados do Rio Grande do Sul até o presente momento. Para além das conquistas reais obtidas pelo movimento (das emergenciais cestas básicas às transformações mais permanentes na vida de dezenas de famílias de trabalhadores, a partir de experiências de assentamentos rurais ou rururbanos e grupos de produção), constata-se em depoimentos de militantes e pessoas da base o orgulho de ser sujeito ativo na definição dos rumos da própria vida, a reconstrução de mecanismos de solidariedade e a ressignificação da identidade de trabalhador desempregado pelo pertencimento ao movimento.

Referências bibliográficas

Bauman, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Castro, Barbara Geraldo de. *A economia solidária de Paul Singer: a construção de um projeto político*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

Ferraz, Deise Luiza da Silva. *Desemprego, exército de reserva, mercado formal-informal: discutindo categorias*. Tese de doutorado em Administração. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

Gaiger, Luís Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: *Leituras cotidianas*, n.127, 17 jan.2005, pp.1-13.

Honneth, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática atual dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

Leite, Marcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. . In: Leite. M.P.; Araújo, A.M.C. (orgs.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre o Brasil e o México*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009. Pp.67-94.

Machado, Rita de Cássia Fraga. *Demitidos da vida: quem são os sujeitos da base do Movimento dos Trabalhadores Desempregados?* Dissertação de mestrado em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

Singer, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Economia socialista. In: Singer, P. e Machado, J. (orgs.). *Economia socialista: socialismo em discussão*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, pp.11-50.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, P. e Souza, A. R. (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003, pp.11-28.

Thompson, Edward P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

Turchetto, Maria. As características específicas da transição ao comunismo. In: Naves, M.B. (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Coleção Ideias. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2005, pp. 7-56.

Anexo:

Comprovante de submissão de artigo a periódico

Avaliação | [Editar](#)

Submissão

Título: **Trabalhadores desempregados e luta coletiva: dificuldades e possibilidades**

Autores: Giuliana Leal

Indexação: [Metadados](#)

Seção: Artigos

Arquivo: [CadCRH-2010-727.doc](#) 2010/08/10

Arquivos Suplementares: Nenhum

[Acrescentar Arquivo](#)

Avaliação pelos pares

| | | Solicitação | Aceitar | Previsão |
|----|-----------|-------------|---------|----------|
| A. | Avaliador | - | - | - |
| B. | Avaliador | - | - | - |
| C. | Avaliador | - | - | - |

Avaliação do editor

Editor: [Editor's Name]

[Avisar o editor](#)

[Comentários do Editor/Autor](#)

Versão pós-avaliação do arquivo: Obrigatório

Versão do arquivo revisada pelo

autor: [Procurar...](#) [Transferir](#)

Edição

